

Apoio orçamental ao ambiente em Cabo Verde

Avaliação de progresso e
recomendações

21 de Maio de 2008

ÍNDICE

Nota introdutória e agradecimentos	ii
Lista de acrónimos	iii
Síntese das principais recomendações.....	v
1. Introdução.....	1
1.1. Contexto	1
1.2. Objectivos da missão	1
1.3. Organização e agenda da missão.....	2
1.4. Estrutura do relatório	2
2. Avaliação global conjunta dos parceiros do apoio orçamental.....	3
3. Progresso e resultados alcançados no domínio do ambiente	5
3.1. Condições <i>sine qua non</i>	5
3.2. Critérios de boa governação sectorial.....	7
3.3. Critérios de meio ambiente	11
3.4. Comparação da avaliação do desempenho em 2006 e 2007	19
3.5. Outros temas de destaque no domínio do ambiente	21
4. Compromissos financeiros dos parceiros do apoio orçamental ao ambiente	22
5. Harmonização e alinhamento	23
6. Conclusões e recomendações.....	25
Bibliografia	29
Anexos	31
Anexo A. Matriz do apoio orçamental sectorial (versão revista em Maio de 2007)	32
Anexo B. Entidades contactadas	41
Anexo C. Programa da missão de avaliação conjunta.....	43

Lista de tabelas

Tabela 1. Condições <i>sine qua non</i> – avaliação do desempenho em 2007	5
Tabela 2. Critérios de boa governação sectorial – avaliação do desempenho em 2007	7
Tabela 3. Critérios de meio ambiente – avaliação do desempenho em 2007.....	11
Tabela 4. Comparação da avaliação do desempenho 2006-2007.....	19
Tabela 5. Compromissos financeiros dos parceiros do apoio orçamental ao ambiente.....	22

NOTA INTRODUTÓRIA E AGRADECIMENTOS

O presente relatório é o resultado de uma avaliação conjunta da Agência Austríaca para o Desenvolvimento (ADA) e da Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID) sobre o progresso do Governo de Cabo Verde em matéria de política e gestão ambiental. Esta avaliação foi efectuada no quadro de uma missão de avaliação conjunta realizada pelos parceiros de cooperação que prestam apoio orçamental ao Governo de Cabo Verde – o *Budget Support Group* (BSG).¹ A missão do BSG decorreu durante o período de 7 a 18 de Abril de 2008.

A ADA e a AECID gostariam de agradecer ao Governo de Cabo Verde e, em particular, a Sua Excelência a Ministra das Finanças e Sua Excelência a Ministra da Agricultura e Ambiente pelo seu apoio e envolvimento directo no diálogo com a equipa da avaliação.

Um agradecimento especial ao Dr. Manuel Pinheiro, Director Geral do Planeamento, à Eng. Ivone Lopes, Directora Geral do Ambiente e à Dra. Vera Figueiredo, Directora do Serviço de Seguimento da Qualidade Ambiental da Direcção Geral do Ambiente, por todo o apoio prestado na organização da missão e no esclarecimento e discussão de questões técnicas.

¹ O Budget Support Group integra, para além da ADA e AECID, a Cooperação Holandesa, a Comissão Europeia, o Banco Mundial, o Banco Africano para o Desenvolvimento. A Cooperação Portuguesa participou na presente missão como observador, estando prevista a sua adesão ao grupo e a assinatura de um acordo de prestação de apoio orçamental ao Governo de Cabo Verde antes do final de 2008.

LISTA DE ACRÓNIMOS

ADA	Agência Austríaca para o Desenvolvimento
AECID	Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento
AIA	Avaliação de Impacte Ambiental
ANMCV	Associação Nacional dos Municípios de Cabo Verde
BSG	Budget Support Group
CAD	Representação da Cooperação Austríaca para o Desenvolvimento, Praia
CFAA	Country Financial Accountability Assessment
CGS	Comité de Gestão e Seguimento (do PANA II)
CNA	Conselho Nacional do Ambiente
COFOG	Classification of the Functions of Government
DECRP	Documento de Estratégia de Crescimento e Redução da Pobreza de Cabo Verde
DGA	Direcção Geral do Ambiente (Ministério do Ambiente e Agricultura)
DGASP	Direcção Geral de Agricultura, Silvicultura e Pecuária (Ministério do Ambiente e Agricultura)
DGDT	Direcção Geral do Desenvolvimento Turístico (Ministério da Economia, Crescimento e Competitividade)
DGI	Direcção Geral de Infraestruturas (Ministério das Infraestruturas, Transportes e Mar)
DGIE	Direcção Geral de Indústria e Energia (Ministério da Economia, Crescimento e Competitividade)
DGO	Direcção Geral do Orçamento (Ministério das Finanças)
DGOT	Direcção Geral do Ordenamento do Território (Ministério da Descentralização, Habitação e Ordenamento do Território)
DGP	Direcção Geral de Planeamento (Ministério das Finanças)
DGPOG	Direcção Geral de Planeamento, Organização e Gestão (Ministério do Ambiente e Agricultura)
DGS	Direcção Geral de Saúde (Ministério da Saúde)
EIA	Estudo de Impacto Ambiental
EROT	Esquema Regional de Ordenamento do Território
ETAR	Estação de Tratamento de Águas Residuais
GBS	General Budget Support
GCV	Governo de Cabo Verde
INGRH	Instituto Nacional de Gestão dos Recursos Hídricos
MAA	Ministério de Agricultura e Ambiente
NOSI	Núcleo Operativo para o Sistema de Informação

PAIS	Plano Ambiental Integrado Sectorial
PAM	Plano Ambiental Municipal
PANA	Plano de Acção Nacional para o Ambiente
PDM	Plano Director Municipal
PDU	Plano de Desenvolvimento Urbano
PER	Public Expenditure Review
PIC	Programa Indicativo de Cooperação
SBS	Apoio Orçamental Sectorial (<i>Sectoral Budget Support</i>)
SIA	Sistema de Informação Ambiental
SIGOF	Sistema de Informação e Gestão Orçamental Financeira
SSQA	Sistema de Seguimento da Qualidade Ambiental

SÍNTESE DAS PRINCIPAIS RECOMENDAÇÕES

Recomendações relativas ao processo de gestão e acompanhamento do PANA:

1. **Reforçar a apropriação do PANA aos níveis sectorial e municipal.** A falta de apropriação do PANA fora da DGA continua a ser uma fonte preocupação para os doadores. O PANA ainda é visto por muitos ministérios sectoriais e municípios como um projecto, sob a alçada da DGA, e não como um instrumento para o Governo como um todo, aos níveis central e municipal. É necessário empreender maiores esforços no sentido de promover a integração do ambiente nas políticas sectoriais e municipais (*mainstreaming*) e melhor explorar sinergias entre actividades de carácter ambiental desenvolvidas aos diferentes níveis do Governo.
2. **Melhorar o relatório de implementação PANA II.** Têm sido introduzidas melhorias no relatório anual de implementação mas persistem ainda lacunas importantes e deficiências no processo de elaboração do relatório e análise/discussão do progresso. O presente relatório identificou algumas das áreas que devem ser melhoradas (c.f. secção 3.1). Sugere-se ao Governo que seja agendada, para o encontro multi-sectorial da próxima missão conjunta de avaliação, uma discussão sobre a estrutura e conteúdos do relatório de implementação de 2008 com vista à definição de um guião para a sua elaboração.
3. **Produzir um plano anual de actividades do PANA.** Actualmente não existe um documento único que apresente o conjunto dos projectos e actividades a realizar durante o ano no âmbito da implementação do PANA. A informação é enviada pelos sectores e municípios à DGA para efeitos de preparação do orçamento mas não é sintetizada em nenhum documento oficial, encontrando-se portanto dispersa. Tal documento seria útil para fazer um acompanhamento do progresso do PANA e servir de base à afectação de recursos.
4. **Elaborar uma análise da despesa pública ambiental.** Tendo passado quase cinco anos desde o início da implementação do PANA II e quatro anos desde o início do apoio orçamental ao sector do ambiente, torna-se agora necessário e urgente fazer uma análise sobre a evolução e distribuição da despesa pública e da ajuda da cooperação na área do ambiente. A análise da despesa pública é um elemento chave para a avaliação dos resultados alcançados pelo PANA. Sugere-se que esta análise incida sobre o período 2003-2007, de forma a analisar o impacto do PANA (iniciado em 2004) e do apoio orçamental sectorial (iniciado em 2005) na despesa pública. O trabalho deverá incluir recomendações sobre como melhorar o sistema de classificação da despesa pública (concretamente, a classificação funcional da despesa pública) de forma a permitir um acompanhamento da despesa ambiental através das contas públicas. Este trabalho deve ser feito pela DGA com o apoio técnico das entidades competentes do Ministério das Finanças, particularmente a DGP e a DGO.
5. **Proceder a uma avaliação dos resultados do PANA II.** Para além da análise financeira há também a necessidade de proceder a uma avaliação da política ambiental e dos resultados alcançados até ao momento, que sirva de base à revisão do PANA prevista para ter lugar durante o próximo ano.
6. **Debater o problema da capacidade institucional para gerir a implementação do PANA II, no quadro da reforma da administração pública.** As limitações da DGA em termos de quadros existentes são significativas. A política ambiental é uma área central em Cabo Verde e a implementação do PANA exige um esforço considerável de acompanhamento, sensibilização e apoio técnico. A missão de avaliação considera que

os recursos humanos actualmente afectos à área do ambiente são insuficientes para dar resposta às exigências do trabalho e recomenda que este seja um tema a ser analisado pelo Governo, no quadro da reforma da administração pública.

Recomendações relativas ao mecanismo de apoio orçamental sectorial:

7. **Proceder ao esclarecimento das entidade relevantes sobre os objectivos e características da modalidade do apoio orçamental.** Recomenda-se a realização de um atelier/workshop sobre a modalidade de apoio orçamental (geral e sectorial) para esclarecer os vários actores relevantes (agências do Governo central e municipal, parlamentares, entidades não governamentais da sociedade civil e comunidade de doadores) sobre os objectivos e características desta modalidade de cooperação. Sugere-se que a organização de tal atelier esteja a cargo da DGP do Ministério das Finanças, com o apoio das agências de cooperação do BSG.
8. **Complementar a missão de avaliação conjunta com estudos temáticos detalhados.** As missões de avaliação conjunta que têm lugar duas vezes por ano são breves e por isso não permitem uma análise mais aprofundada dos vários assuntos abrangidos. Sugere-se, portanto, que a avaliação do apoio orçamental seja complementada, ao longo do ano, por estudos temáticos mais detalhados sobre matérias consideradas mais problemáticas. Sugere-se que sejam seleccionados, juntamente com o governo, temas a ser analisados em profundidade por especialistas na área seleccionada. Tais estudos iriam complementar a avaliação conjunta elaborada pelos parceiros.
9. **Garantir um diálogo de política mais contínuo.** É necessário promover um diálogo mais contínuo entre os doadores e entre os doadores e o Governo fora das missões de avaliação. Sugere-se a criação um grupo de trabalho ambiental que integre os doadores activos no sector, para além das entidades governamentais e não governamentais relevantes de âmbito central e municipal.
10. **Preparação de uma nova matriz de acompanhamento do apoio orçamental sectorial para o período 2009-2011.** Dado que a presente matriz expira no final do ano será necessário produzir, antes do final de 2008, uma nova matriz para o período de 2009 a 2011. A nova matriz, que será integrada nos acordos bilaterais do apoio orçamental sectorial, deverá estar totalmente articulada com as prioridades de política e indicadores de monitorização do Governo. Isto significa que a nova matriz deverá estar em concordância não apenas com as prioridades e indicadores definidos no PANA II mas também, e muito importante, com as prioridade e indicadores definidas no Segundo Documento de Estratégia de Crescimento e Redução da Pobreza (DECRP II) que se encontra neste momento em elaboração e que é um documento de base da cooperação com o Governo de Cabo Verde. Para tal, e de forma a garantir uma maior apropriação da matriz pelas entidades nacionais, recomenda-se que seja o Governo a elaborar a matriz. Sugere-se que seja a DGA a coordenar o trabalho de selecção dos indicadores e metas anuais, garantindo a participação activa de todas as entidades (governamentais e não governamentais) envolvidas na implementação do PANA. Esta matriz deverá ser discutida e aprovada durante a próxima missão de acompanhamento (agendada para Novembro de 2008). Solicita-se que o Governo mantenha os parceiros do apoio orçamental informados ao longo do processo de revisão da matriz e que lhes envie oficialmente uma proposta de matriz revista pelos menos dois meses antes do início da próxima missão, de forma a conceder aos parceiros o tempo suficiente para analisar e dar um parecer sobre a proposta. Finalmente, sugere-se ao Governo que os indicadores seleccionados sejam objectivamente verificáveis e que seja feita a distinção entre indicadores de processo e indicadores de resultado.

1. INTRODUÇÃO

1.1. Contexto

O presente relatório é o resultado de uma avaliação conjunta da Agência Austríaca para o Desenvolvimento (ADA) e da Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID) sobre o progresso do Governo de Cabo Verde (GCV) em matéria de política e gestão ambiental. Esta avaliação foi efectuada no quadro de uma missão de avaliação conjunta realizada pelos parceiros de cooperação que prestam apoio orçamental ao Governo de Cabo Verde – o Grupo do Apoio Orçamental, ou *Budget Support Group* (BSG).² A missão do BSG decorreu durante o período de 7 a 18 de Abril de 2008. Os resultados desta avaliação estão reflectidos no presente relatório bem como no *Aide Memoire* do BSG.

A ADA presta apoio sectorial orçamental desde Dezembro de 2006 e a AECID desde Maio de 2007. O acordo de cooperação da ADA (Programa Indicativo de Cooperação, PIC) fixou um total de €1,8 milhões (para o período 2006-2008) para apoio orçamental. O acordo de cooperação da AECID (Programa Indicativo de Cooperação, PIC) fixou um total de €9 milhões como tranche fixa do apoio orçamental e um máximo de €3 milhões como tranche variável (para o período 2007-2009).

Os acordos bilaterais do apoio orçamental sectorial da Áustria e da Espanha partilham uma mesma matriz de avaliação do desempenho (*performance assessment framework*) para acompanhar o progresso do GCV na área do ambiente. Esta matriz inclui condições *sine qua non* para o desembolso e critérios de boa governação e performance do meio ambiente com metas anuais qualitativas ou quantitativas (Anexo A). Este mecanismo de seguimento é baseado no acordo de apoio sectorial orçamental praticado pela Embaixada da Holanda entre 2005 e 2006.

O apoio orçamental sectorial na área do ambiente tem por objectivo principal apoiar o GCV na operacionalização da sua política ambiental, articulada no Plano de Acção Nacional para o Ambiente II (PANA II). O Plano tem um horizonte temporal de dez anos (2004-2014) e abrange uma gama de temáticas ambientais relativas a diversas áreas sectoriais. O PANA II estabelece quatro áreas de intervenção prioritária: (i) gestão sustentável dos recursos hídricos, (ii) saneamento, (iii) bio-diversidade, e (iv) planeamento e ordenamento territorial. A implementação do PANA segue uma abordagem integrada que atravessa os níveis sectorial e municipal. Foram elaborados planos de acção a estes dois níveis para operacionalizar o PANA II: os Planos de Acção Inter-sectoriais (PAIS) e os Planos de Acção Municipais (PAM).

1.2. Objectivos da missão

O principal objectivo da missão de avaliação conjunta da ADA e AECID é o de avaliar o desempenho do Governo na área do meio ambiente e nessa base decidir sobre o desembolso do apoio orçamental ao GCV. Este exercício servirá também para calcular a parcela a desembolsar (se assim for o caso) da tranche variável prevista no acordo de cooperação da AECID. A avaliação da ADA e AECID enquadra-se numa missão conjunta de todos os parceiros de cooperação que integram o BSG.

² O Budget Support Group integra, para além das Cooperações Austríaca e Espanhola, a Cooperação Holandesa, a Comissão Europeia, o Banco Mundial, o Banco Africano para o Desenvolvimento. A Cooperação Portuguesa participou na presente missão como observador, estando prevista para breve a sua adesão ao grupo e a prestação de apoio orçamental ao Governo de Cabo Verde.

Constituem objectivos secundários desta missão: (i) aprofundar o conhecimento sobre governação e estado do meio ambiente, (ii) fortalecer a harmonização entre os parceiros do apoio orçamental no quadro da agenda de Paris sobre eficiência da ajuda, e (iii) iniciar o trabalho de preparação do próximo acordo de prestação de apoio orçamental sectorial.

1.3. Organização e agenda da missão

O programa da missão foi organizado pela Direcção Geral do Planeamento do Ministério das Finanças e pela Direcção Geral do Ambiente do Ministério do Ambiente e Agricultura. A agenda da equipa de avaliação do sector do ambiente incluiu encontros com entidades relevantes à avaliação do sector localizadas na Cidade da Praia. Foram também feitas visitas aos municípios de Sal e Boavista, que envolveram encontros com delegações ministeriais e técnicos municipais, os quais permitiram ampliar a visão das políticas ambientais ao nível descentralizado. A lista das entidades contactadas é apresentada no Anexo B.

Fizeram parte da equipa da missão conjunta de avaliação do sector ambiente: a Sra. Eva Kohl, Representante da Cooperação Austríaca em Cabo Verde, o Sr. Jaime Puyoles, Representante da Cooperação Espanhola em Cabo Verde, a Sra. Lídia Cabral, consultora do Overseas Development Institute em Londres para o apoio da ADA, a Sra. Inés Mazarrasa, Assistência Técnica da Cooperação Espanhola em Senegal e o Sr. Marco António Ortega, Assistência Técnica da Cooperação Espanhola em Cabo Verde.

1.4. Estrutura do relatório

O presente relatório é constituído por seis capítulos. Segue-se a esta breve introdução o Capítulo 2, que resume a avaliação do desempenho relativamente as várias reformas de política em curso, feita pelas agências de cooperação que fazem parte do BSG no quadro da missão avaliação conjunta. O Capítulo 3 concentra-se no sector do ambiente e faz uma análise detalhada do progresso da implementação da política ambiental durante o ano de 2007. A análise tem por base os indicadores e metas estabelecidos na matriz sectorial de avaliação do desempenho. Este capítulo inclui também análise comparativa do desempenho em 2007 relativamente a 2006 e observações e recomendações para a melhoria da prestação do governo em matéria ambiental. O Capítulo 5 analisa o progresso relativamente à harmonização entre doadores e alinhamento com políticas e sistemas de gestão do Governo, tanto em relação ao apoio orçamental sectorial como em relação ao apoio orçamental geral do BSG. Finalmente, o Capítulo 6 sintetiza as principais conclusões da análise e faz recomendações para o Governo e doadores sobre como melhorar o desempenho do sector e da modalidade de apoio orçamental sectorial.

2. AVALIAÇÃO GLOBAL CONJUNTA DOS PARCEIROS DO APOIO ORÇAMENTAL

Este capítulo fornece uma avaliação global do progresso do Governo de Cabo Verde, no quadro dos compromissos estabelecidos no acordo do apoio orçamental com os parceiros de desenvolvimento.

A avaliação foi efectuada tendo por referência os indicadores e metas constantes na matriz conjunta do apoio orçamental. Esta avaliação global foi apresentada pelos doadores do BSG ao Governo, num *de-briefing* com a Ministra das Finanças no final da missão (cf. versão preliminar do *Aide Memoire*, com data de 18/04/2008).

A missão conjunta de avaliação destacou os seguintes resultados positivos alcançados pelo Governo.

- **Política ambiental.** O ambiente continua a ser um tema central da política do Governo de Cabo Verde tal como ilustrado pelos progressos com a implementação do PANA II. A missão congratulou o Governo pelo trabalho de debate e análise efectuada relativamente ao tema da extracção ilegal de areia, uma preocupação destacada por anteriores missões de acompanhamento do BSG.
- **Educação e formação profissional.** A missão de avaliação destacou a boa cooperação e coordenação desenvolvida entre o Ministério da Qualificação e Emprego e o Ministério da Educação e a coerência dos seus respectivos planos estratégicos. Foram ainda destacados os esforços empreendidos para melhorar a qualidade dos ensinios primário, secundário e técnico-profissional. Os resultados alcançados deverão permitir a elaboração de programas de formação bem orientados à criação de emprego.

A missão conjunta destacou também os seguintes constrangimentos e desafios:

- **Enquadramento legal da gestão das finanças públicas.** A missão registou os atrasos no processo de adopção da Lei Quadro do Orçamento e da Lei Orgânica do Tribunal de Contas, consideradas peças fundamentais para o prosseguimento das reformas da gestão das finanças públicas. A missão reiterou a necessidade de avançar rapidamente nestas matérias de forma a dar maior credibilidade aos sistemas de controlo.
- **Enquadramento legal da reforma da função pública.** Há falta de clareza relativamente a aspectos centrais da estrutura de remunerações e impacto na reforma orçamental. A equipa de avaliação analisou a última versão do Plano de Cargos, Carreiras e Salários e manifestou preocupações relativamente ao facto de princípios previamente estabelecidos (por exemplo, número de quadros privativos na administração pública) não estarem a ser observados.
- **Apropriação do PANA aos níveis sectorial e municipal.** A falta de apropriação do PANA fora da Direcção Geral do Ambiente (DGA) é preocupante. É necessário empreender maiores esforços para promover a integração geral do ambiente nas políticas (*mainstreaming*) e explorar as sinergias entre as actividades de carácter ambiental desenvolvidas aos diferentes níveis do Governo.
- **Desenvolvimento turístico sustentável.** A missão reiterou a preocupação relativa aos limitados progressos em matéria de política de desenvolvimento turístico sustentável e notou a urgência em empreender esforços nesta área.
- **Matriz conjunta do apoio orçamental.** A actual matriz conjunta do apoio orçamental expira em 2009 e uma nova matriz deverá ser definida pelo BSG. As áreas de enfoque da nova matriz (incluindo indicadores, acções prévias e “gatilhos”- *triggers*) serão

seleccionadas tendo por base as prioridades do Governo, em harmonia com o segundo Documento de Estratégia de Crescimento e Redução da Pobreza de Cabo Verde (DECRP-2). A missão conjunta solicitou ao Governo a apresentação de uma proposta formal aos doadores do BSG sugerindo áreas de enfoque para a nova matriz de acompanhamento, assegurando continuidade das reformas importantes em curso. Esta proposta será discutida durante a próxima missão do BSG (programada para Novembro de 2008).

3. PROGRESSO E RESULTADOS ALCANÇADOS NO DOMÍNIO DO AMBIENTE

O presente capítulo procede a uma análise do progresso no domínio da política e governação do ambiente durante o ano de 2007. Esta avaliação foi feita tendo por referência a matriz de acompanhamento do apoio orçamental sectorial entre a ADA, a AECID e o GCV.

A matriz inclui três condições *sine qua non*, seis indicadores relativos à boa governação e 11 indicadores relativos ao estado do meio ambiente. A cada um destes indicadores corresponde uma meta anual qualitativa ou quantitativa. A avaliação é quantificada através da atribuição de uma pontuação³ que é ponderada através de índices de ponderação pré-estabelecidos para cada um dos indicadores (estes índices diferenciam os indicadores segundo o seu grau de importância). O mecanismo de quantificação da avaliação é partilhado pela ADA e AECID.

3.1. Condições *sine qua non*

A presente avaliação considera verificadas as três condições *sine qua non* para desembolso, tal como justificado em detalhe nas secções que se seguem.

Tabela 1. Condições *sine qua non* – avaliação do desempenho em 2007

Objectivo	Indicador	Meta para 2007	Avaliação
A.1. Implementação satisfatória da política ambiental (PANA II)	Apreciação pelo Conselho Nacional do Ambiente (CNA) do relatório de implementação do PANA II, previamente validado pelo Comité de Gestão e Seguimento (CGS)	Apreciação positiva pelo CNA	Condição verificada
A.2. Melhoria da governação sectorial	Média ponderada dos critérios de boa governação sectorial (cf. Critérios B)	Média igual ou superior a 60%	Média = 67.5% (Cf. Tabela 2)
A.3. Melhoria das condições do meio ambiente	Média ponderada dos critérios de meio ambiente (cf. Critérios C)	Média igual ou superior a 50%	Média = 72.5% (Cf. Tabela 3)

A.1. Implementação satisfatória da política ambiental (PANA II)

Indicador: Apreciação pelo Conselho Nacional do Ambiente (CNA) do relatório de implementação do PANA II, previamente validado pelo Comité de Gestão e Seguimento (CGS). Este indicador é da responsabilidade da Direcção Geral do Ambiente (DGA) do Ministério do Ambiente e Agricultura (MAA).

Meta para 2007: Apreciação positiva pelo CNA.

Avaliação de 2007: Meta alcançada.

Progresso: O relatório de implementação do PANA II para o ano de 2007 foi apreciado e aprovado em sessão ordinária do CNA realizada no dia 1 de Abril de 2007. O relatório aprovado e a acta da sessão do CNA foram enviados oficialmente pela DGP aos representantes da Áustria e da Espanha.

³ If the target is considered to have been fully met the value attributed is 1. If the target is considered to have been only partially fulfilled the value attributed is 0.5. If the target has not at all been met the value attributed is 0.

Observações e recomendações: O relatório de implementação do PANA de 2007 apresenta melhorias relativamente ao trabalho realizado no ano anterior. São de assinalar as seguintes: a análise de progresso relativamente a metas de política estabelecidas, a inclusão de informação sobre os investimentos realizados no sector ambiental, e a inclusão (em anexo) de informação detalhada sobre algumas das actividades realizadas (tais como as auditorias a unidades industriais e informação sobre a produção e importação de areia).

A equipa de avaliação considera que existem, porém, ainda algumas lacunas que devem ser colmatadas para melhorar a qualidade do trabalho de acompanhamento da implementação do PANA. São de destacar:

- (i) Abrangência: o relatório não inclui todas as áreas sectoriais abrangidas pelo PANA II. A análise de progresso ao nível dos indicadores, por exemplo, concentra-se sobre o conjunto de indicadores e metas do PANA incluídos na matriz do apoio orçamental. Recomenda-se que o quadro lógico do PANA II seja utilizado como a base de referência para a análise da implementação do PANA e que portanto outros indicadores constantes deste quadro lógico sejam analisados no relatório.
- (ii) Detalhes sobre as actividades sectoriais e municipais: a informação relativa às actividades realizadas aos níveis sectorial e municipal é escassa e incompleta. Isto deve-se em grande medida à insuficiente colaboração e atrasos no envio da informação por parte de alguns ministérios sectoriais e municípios. De acordo com a informação recolhida, alguns sectores (nomeadamente, a indústria, o turismo, o comércio e a agricultura) não chegaram mesmo a enviar as suas contribuições sobre a implementação das actividades em 2007. Também se pode observar que não há qualquer informação no relatório sobre actividades nos municípios de S. Lourenço dos Órgãos, Santa Catarina e S. Vicente.
- (iii) Despesa associada à implementação: apesar de terem sido observados avanços na informação fornecida a este respeito, seria desejável um maior aprofundamento do análise das áreas sectoriais que devem ser consideradas dentro da classificação de despesa pública no ambiente. Por exemplo, levanta-se a dúvida sobre se toda a despesa com o abastecimento e distribuição de água deve ser considerada como despesa no sector ambiente.⁴ Recomenda-se a utilização dos sistemas de classificação da despesa internacionais como referência (por exemplo, o COFOG). Finalmente, seria também desejável obter informação detalhada sobre a despesa em actividades de protecção e promoção do ambiente realizadas ao nível municipal.
- (iv) Qualidade da análise: o relatório procede à identificação das actividades realizadas ao nível de vários sectores e municípios, mas não é feita uma análise mais qualitativa acerca do processo de implementação do PANA. Recomenda-se a inclusão de uma análise breve sobre até que ponto as actividades que estão a ser desenvolvidas estão a contribuir para o alcance dos objectivos estabelecidos no documento do PANA II.

Recomenda-se ainda que o envio do relatório de implementação do PANA aprovado pelo CNA bem como acta da reunião do CNA seja feito para as representações em Cabo Verde da ADA e da AECID (e não para a equipa técnica da avaliação), pelo menos uma semana antes do início da missão de avaliação conjunta.

Finalmente, a equipa de avaliação observou que a acta da reunião do CNA é muito sucinta e pouco informativa. Recomenda-se que sejam feitas melhorias na qualidade destas actas, que

⁴ Segundo o classificador das funções de governo definido pela OCDE (o COFOG), o abastecimento de água não é uma função de gestão ambiental mas de desenvolvimento de infraestruturas. De facto, poderá haver uma tensão de fundo entre o objectivo de distribuição de água e aquele de gestão sustentável dos recursos hídricos, esse sim um objectivo de política ambiental.

são um instrumento chave para registar e acompanhar o debate entre os principais actores sobre a implementação do PANA.

A.2. Melhoria da governação sectorial

Indicador: Média ponderada dos critérios de boa governação sectorial (ver secção 3.2).

Meta para 2007: Média ponderada dos critérios de boa governação sectorial igual ou superior a 60%.

Avaliação de 2007: Meta alcançada – a média ponderada dos critérios de meio ambiente foi de 67.5% em 2007.

A.3. Melhoria das condições do meio ambiente

Indicador: Média ponderada dos critérios de meio ambiente (ver secção 3.3).

Meta para 2007: Média ponderada dos critérios de meio ambiente igual ou superior a 50%.

Avaliação de 2007: Meta alcançada – a média ponderada dos critérios de meio ambiente foi de 72.5% em 2007.

3.2. Critérios de boa governação sectorial

Foram estabelecidos quatro objectivos de boa governação no domínio do meio ambiente. A estes objectivos correspondem seis indicadores de progresso e respectivas metas. A avaliação global destes critérios (correspondente à média ponderada dos seis indicadores) situou-se em 67.5% em 2007, tal como indicado na Tabela 2.

Tabela 2. Critérios de boa governação sectorial – avaliação do desempenho em 2007

Objectivo	Indicador	Meta para 2007	Peso (a)	Progresso (b)	Avaliação (a x b)
B.1. Melhoria dos sistemas de planeamento no sector do ambiente	(a) Planos de Actividades anuais dos PAM e PAIS (elaborados de acordo com as prioridades definidas)	Planos de Actividades aprovados e enviados à DGA	0.15	0.5	0.075
	(b) Critérios para a repartição de fundos no âmbito da política ambiental	Critérios definidos	0.15	1	0.15
B.2. Reforço da capacidade institucional da DGA e da DGPOG	Número de delegações do MAA com técnicos designados para o seguimento da política ambiental	5 delegações	0.25	1	0.25
B.3. Melhoria dos sistemas de seguimento da implementação da política ambiental	(a) Instrumento de seguimento da execução financeira do PANA II	Instrumento definido	0.15	0	0
	(b) Sistema de seguimento da qualidade ambiental (SSQA)	Sistema finalizado	0.20	0.5	0.1
B.4 Reforço do seguimento dos Estudos de Impacto Ambiental (EIA)	Proporção de projectos de investimento com EIA monitorados pela DGA	≥ 15%	0.10	1	0.1
Total			1.00	n.a.	0.675

B.1. Melhoria dos sistemas de planeamento no sector do ambiente

Indicadores: Foram estabelecidos dois indicadores para fazer o seguimento deste objectivo: (a) planos anuais de actividades dos PAM e PAIS, elaborados de acordo com as prioridades definidas no PANA II, e (b) critérios para a repartição de fundos no âmbito da política ambiental. Estes indicadores são da responsabilidade da DGA.

Metas para 2007: (a) planos de actividades aprovados e enviados à DGA e (b) critérios definidos.

Avaliação de 2007: Meta (a) parcialmente alcançada e meta (b) alcançada.

Progresso: Relativamente ao primeiro indicador, as seguintes áreas sectoriais e temáticas enviaram à DGA listas de projectos a serem financiados no âmbito do PANA II durante o ano de 2008: Indústria, Energia, Turismo, Recursos Hídricos, Agricultura, Pescas, Educação, Ordenamento do Território e Biodiversidade. Dos 22 municípios de Cabo Verde, 21 deles têm planos de actividades aprovados e enviado à DGA, sendo Boavista o município em falta.

No que diz respeito ao segundo indicador, verificou-se que foram definidos critérios para a distribuição dos recursos do PANA ao nível municipal. Estes critérios foram elaborados com o apoio do Núcleo do Ambiente da ANMCV e foram aprovados pelo CGS em Dezembro de 2007. No entanto, tal como observado em missões anteriores, subsistem dúvidas se os critérios definidos (e.g. prioridade na resolução dos problemas ambientais, impacto no desenvolvimento sócio-económico) são passíveis de aplicação objectiva.

Observações e recomendações:

É importante notar que o PANA é ainda visto como um projecto sob a responsabilidade da DGA e os sectores não têm tomado a iniciativa ou assumido devidamente as suas responsabilidades de incorporação de acções de protecção e promoção ambiental nos seus planos sectoriais e municipais. Este é um assunto que deverá ser discutido ao mais alto nível, pois a falta de apropriação do PANA ao nível sectorial e local põe em risco o alcance dos objectivos definidos para a política ambiental.

Não existe neste momento um documento único que inclua todas as actividades planeadas para os níveis sectorial (PAIS) e municipal (PAM) no âmbito do PANA. É importante produzir este documento para melhor garantir uma articulação entre as várias intervenções planificadas e de forma a criar uma base de referência que permita medir o desempenho no ano seguinte (e não apenas fazer uma listagem das actividades realizadas). A equipa sugere que seja produzida anualmente um documento único com todas as actividades planeadas para o ano seguinte, de âmbito sectorial e municipal.

É de notar, finalmente, que vários PAIS em relação aos quais tinham sido identificadas lacunas nunca chegaram a ser revistos como previsto: inclusão do saneamento no PAIS saúde, revisão do PAIS turismo e revisão do PAIS indústria.

B.2. Reforço da capacidade institucional da DGA e da DGPOG

Indicador: Número de Delegações do MAA com técnicos designados para o seguimento da política ambiental. Este indicador foi adicionado à matriz de acompanhamento na sequência das recomendações da missão de avaliação de Maio de 2007. O indicador é da responsabilidade da DGA.

Meta para 2007: 5 Delegações do MAA com técnicos designados.

Avaliação de 2007: Meta alcançada.

Progresso: Em Maio de 2007 existiam apenas 2 técnicos ambientais nas Delegações do MAA da Boavista e Praia e S. Domingos (ADA 2007).⁵ Existem actualmente mais 4 técnicos ambientais nas Delegações de Sal, Maio, S. Vicente e S. Nicolau. Estes técnicos são responsáveis pelo acompanhamento sistemático da política ambiental. Nas restantes 5 Delegações do MAA o acompanhamento é feito de forma pontual por parte dos técnicos que as compõem. É de notar que está prevista a formação específica em acompanhamento de política ambiental.

Observações e recomendações:

A missão observou que a DGA continua a padecer de fortes constrangimentos de pessoal. O número de técnicos é insuficiente para dar resposta às exigências do trabalho e uma grande parte deles não faz parte do quadro do pessoal da função pública. É de salientar que os 3 Directores das 3 Direcções de Serviço da DGA são contratados, estando por isso a DGA sujeita à perda destes funcionários. Os técnicos ambientais das Delegações da Boavista, Sal e S. Domingos são também contratados pela DGA.

Dado o controlo da despesa pública e a reforma da administração pública em curso, resta saber se haverá recursos disponíveis para proceder à incorporação/reconversão de mais 5 técnicos nas restantes Delegações, de forma a permitir um acompanhamento mais sistemático da política ambiental e alcance da meta estabelecida para 2008. Este é um assunto que deverá ser debatido ao mais alto nível e no quadro da reforma da administração pública.

B.3. Melhoria dos sistemas de seguimento da implementação da política ambiental

Indicadores: Foram estabelecidos dois indicadores para fazer o seguimento deste objectivo: (a) estágio do instrumento de seguimento da execução financeira do PANA II, e (b) estágio do sistema de seguimento da qualidade ambiental (SSQA). Estes indicadores foram adicionados à matriz de acompanhamento na sequência das recomendações da missão de avaliação de Maio de 2007. Os indicadores são da responsabilidade da DGA.

Meta para 2007: (a) instrumento definido e (b) sistema finalizado.

Avaliação de 2007: meta (a) não alcançada e meta (b) parcialmente alcançada.

Progresso: Na missão de Maio de 2007 foi proposta a inclusão do indicador referente à definição de um instrumento que permitisse fazer o acompanhamento financeiro da implementação do PANA. Dado que os classificadores orçamentais vigentes não permitem identificar directamente as despesas realizadas no âmbito do PANA propôs-se a elaboração de uma tabela de conversão que relacionasse os classificadores orçamentais orgânico e funcional (utilizados pelo SIGOF) com as áreas de intervenção do PANA. Sugeriu-se que a DGA desenvolvesse este trabalho em colaboração com a DGP, a Direcção Geral do Orçamento (DGO) e o Núcleo Operativo para o Sistema de Informação (NOSI) – ver ADA (2007, p. 23). A presente missão constatou que não houve progresso nesta matéria e que portanto a meta não foi alcançada.

Relativamente ao segundo indicador, foram seleccionados 5 indicadores a serem monitorados pelo SSQA: acesso à água potável, concentração de óxidos de carbono no ar, índice de áreas protegidas, espécies inventariadas da fauna terrestre e espécies inventariadas da fauna marinha. Neste momento está-se no processo de contratação dos técnicos e do consultor que irão por em funcionamento o sistema. Está prevista para breve a assinatura dos protocolos com as instituições que irão gerar os dados relativos aos indicadores

⁵ Os municípios da Praia e S. Domingos são cobertos por uma única Delegação do MAA.

seleccionados. A DGA pretende ter o primeiro relatório de seguimento destes indicadores em Janeiro de 2009.

Observações e recomendações: É urgente realizar o trabalho de definição de um instrumento de trabalho (ou tabela de conversão) que permita identificar nas contas públicas o montante de recursos aplicado e utilizado com a implementação do PANA. A elaboração de uma análise aprofundada da despesa pública ambiental (*Public Environmental Expenditure Review*) poderá ser um passo nesse sentido.

Relativamente ao SSQA a missão gostaria de salientar que é necessário priorizar indicadores associados aos grandes desafios ambientais da actualidade, nomeadamente a questão da extracção ilegal de areia, a gestão sustentável dos recursos hídricos (e.g. reservas de água subterrâneas, índices de recarga dos aquíferos), o saneamento (e.g. taxa de tratamento de águas residuais), etc. É necessário fazer um trabalho de selecção de indicadores adicionais⁶ que permitam fazer um acompanhamento do desempenho ao nível de áreas estratégicas do PANA II.

B.4. Reforço do seguimento dos Estudos de Impacto Ambiental (EIA)

Indicador: Proporção de projectos de investimento com EIA monitorados pela DGA. Este indicador foi adicionado à matriz de acompanhamento na sequência das recomendações da missão de avaliação de Maio de 2007. O indicador é da responsabilidade da DGA.

Meta para 2007: $\geq 15\%$

Avaliação de 2007: Meta alcançada

Progresso: Em 2007 foram monitorizados 13 projectos com EIA, representando 32.5% dos projectos com EIA aprovados cujas actividades já se iniciaram. Os projectos priorizados para a monitorização foram os de pedreiras e de hotelaria que se consideram terem o impacto mais significativo no ambiente. Desde 2005 foram aprovados 82 projectos pelas entidades do Governo responsáveis pela área do ambiente, sendo que 40 destes projectos iniciaram as suas actividades em 2007.

Observações e recomendações: A missão pode observar que a DGA mantém um registo detalhado sobre os EIA. A base de dados com informação dos projectos que deram entrada para avaliação de impacto ambiental encontra-se disponível em www.sia.cv. É de notar também que em 2007 foi produzido um relatório sobre a avaliação de EIA realizados. Este relatório dá uma explicação do processo de avaliação de EIA e faz um resumo das actividades desenvolvidas ao longo de 2006 e 2007.

⁶ Tendo como base os 76 indicadores identificados no relatório produzido em 2003 sobre o SSQA: Medina, A. e Évora, D. (2003) “Estudo sobre o SSQA em Cabo Verde: Caderno de Indicadores”, relatório apresentado à equipa de coordenação para a elaboração do PANA II – 2004-2012.

3.3. Critérios de meio ambiente

Foram estabelecidos doze critérios de meio ambiente, abrangendo uma variedade de temas ambientais relativas a diversas áreas sectoriais. A avaliação total do desempenho ambiental em 2007 situa-se nos 72.5%, tal como indicado na Tabela 3.

Tabela 3. Critérios de meio ambiente – avaliação do desempenho em 2007

Objectivo	Indicador	Meta para 2007	Peso (a)	Progresso (b)	Avaliação (a x b)
C.1. Um território ordenado para uma exploração sustentável dos recursos naturais	Território coberto por planos de ordenamento do território aprovados e executados	Pelo menos 1 EROT e 10 Planos Urbanísticos finalizados; mais 1 EROT e mais 10 PDM iniciados (8 de Santiago, Sal e Maio)	0.15	0.5	0.075
C.2. Condições de salubridade para um ambiente sadio: águas residuais tratadas	Taxa de cobertura da população com águas residuais domésticas tratadas em ETAR	≥ 14% da população	0.10	1	0.1
C.3. Condições de salubridade para um ambiente sadio: resíduos tratados	Taxa de cobertura da recolha e deposição em lixeira confinada dos resíduos sólidos	≥ 30% da população	0.05	0.5	0.025
C.4. Condições de salubridade para um ambiente sadio: resíduos hospitalares tratados	Plano de gestão dos resíduos hospitalares	Finalização e aprovação do Plano	0.05	1	0.05
C.5. Uma biodiversidade viável para um desenvolvimento sustentável	Número de áreas protegidas com planos de gestão implementados	1 plano finalizado e 7 planos em elaboração	0.10	0.5	0.05
C.6. Uma gestão sustentável dos recursos marinhos	Plano para a gestão e fiscalização dos recursos da pesca	Plano concluído e aprovado	0.10	1	0.1
C.7. Um turismo sustentável adaptado às realidades de cada ilha	Plano de Acção de Turismo Sustentável	Plano iniciado	0.15	0.5	0.075
C.8. Uma indústria produtiva com um mínimo de impacto ambiental – indústria transformadora	Número de auditorias ambientais realizadas em unidades industriais oficialmente registadas	40	0.05	1	0.05
C.9. Uma indústria produtiva com um mínimo de impacto ambiental – indústria extractiva	Estimativa da percentagem de areia consumida em Cabo Verde com origem legal (produção das centrais de britagem e importação)	≥ 45%	0.1	1	0.1
C.10. Um sistema de produção, distribuição e utilização de energia sustentável	Percentagem de energia renovável total produzida (taxa de penetração)	≥ 3%	0.05	1	0.05

Objectivo	Indicador	Meta para 2007	Peso (a)	Progresso (b)	Avaliação (a x b)
C.11. Uma população formada, informada e empenhada no desenvolvimento sustentável	Planos de acção para a introdução da temática ambiental nos currícula escolares (ensinos pré-escolar, básico, secundário e superior)	Plano de acção para a integração da temática de educação ambiental no currículo escolar do pré-escolar, ensino básico e secundário aprovado e implementação iniciada	0.10	0.5	0.05
Total			1.00	n.a.	0.725

C.1. Um território ordenado para uma exploração sustentável dos recursos naturais

Indicador: Território coberto por planos de ordenamento do território aprovados e executados. Este indicador é da responsabilidade da Direcção Geral de Ordenamento do Território (DGOT), do Ministério da Descentralização, Habitação e Ordenamento do Território, e dos municípios.

Meta para 2007: Pelo menos 1 EROT e 10 Planos Urbanísticos finalizados; mais 1 EROT e mais 10 Planos Directores Municipais iniciados.

Avaliação de 2007: Meta parcialmente alcançada.

Progresso: O Decreto-Lei n.º 1/2006⁷ estabelece cinco tipos de instrumento de planeamento territorial, correspondentes a níveis geográficos distintos, segundo a seguinte hierarquia: (i) Directiva Nacional de Ordenamento do Território, (ii) Esquema Regional de Ordenamento do Território (EROT), (iii) Plano Director Municipal (PDM), (iv) Plano de Desenvolvimento Urbanístico (PDU) e (v) Plano Detalhado (PD). O Decreto-Lei define o âmbito destes instrumentos bem como a distribuição de competências pelas várias entidades do governo central e municipal na sua elaboração e aprovação.

A elaboração destes instrumentos não tem seguido uma sequência de acordo com a hierarquia dos instrumentos. Assim, apesar de ainda não haver uma Directiva Nacional os restantes quatro tipos de instrumento têm vindo a ser desenvolvidos.

- EROT⁸: já em 2006 tinham sido iniciados EROT's em três ilhas: Fogo, Santiago e Santo Antão. Até à data foram concluídas as fases de diagnóstico e de definição das linhas orientadoras (isto é, os possíveis cenários de desenvolvimento definidos para várias áreas sectoriais). A discussão destas linhas orientadoras estava prevista para Fevereiro de 2008 mas tal discussão foi adiada. Após a discussão das linhas orientadoras, a fase seguinte será a apresentação dos cenários de desenvolvimento à consulta das várias entidades relevantes. Há um quarto EROT (S. Nicolau) em fase inicial de elaboração dos termos de referência com vista à contratação da equipa técnica.
- PDMs: o PDM de São Domingos foi finalizado e aprovado pela Assembleia Municipal (em Abril de 2007) mas carece ainda de homologação e publicação no Boletim Oficial. O PDM da Cidade da Praia está concluído e em fase de consulta pública. O PDM de Porto Novo (Santo Antão) está elaborado mas terá ainda que ser submetido à consulta pública. O PDM do Sal está em fase de apreciação pela DGOT à qual se seguirá a sua homologação. Ao longo de 2008 está previsto o início do trabalho de elaboração dos PDMs da Brava, Paul e Mosteiros, dado que a DGOT disponibilizou uma verba

⁷ Decreto Legislativo das Bases do Ordenamento do Território e Planeamento Urbanístico.

⁸ O processo de desenvolvimento de um EROT deveria durar aproximadamente 1 ano.

orçamental para o efeito no PIP 2008. A Cooperação Austríaca irá também financiar mais 8 PDMs em Santiago.

- PDU: ao longo de 2007 foram concluídos 5 PDUs na ilha de Santiago, nas seguintes localidades: Litoral de Santiago Maior Centro, Achada Falcão, Litoral de Pilão Cão, Achada Monte e Chão Bom.
- PDs: ao longo de 2007 foram concluídos 5 PDs na ilha de Santiago, nas localidades de: Vila de São Domingos, Ponta de Achada Fazenda, Cruz Grande, Achadona, Litoral de Chão Bom.

Observações e recomendações: A falta de fundos públicos para apoiar o planeamento territorial tem sido um dos principais obstáculos ao avanço mais rápido dos trabalhos, particularmente ao nível dos PDMs (que são mais exigentes em termos de recursos). A opinião das entidades consultadas é que a meta estabelecida é irrealista dada a disponibilidade real de recursos para o planeamento territorial. O progresso alcançado até à data deve-se, em grande medida, ao apoio da Cooperação Austríaca.

Um outro constrangimento, de carácter mais técnico, diz respeito à falta de um regulamento que dê orientações metodológicas ao trabalho de preparação, implementação e monitorização dos planos de ordenamento. A este respeito parece haver algum progresso. Estava agendada para Abril de 2008 uma discussão sobre o ante-projecto do regulamento entre técnicos de entidade públicas e privadas. Esta discussão deverá ser mais tarde extendida aos municípios (após as eleições).

C.2. Condições de salubridade para um ambiente sadio: águas residuais tratadas

Indicador: Taxa de cobertura da população com águas residuais domésticas tratadas em Estações de Tratamento de Águas Residuais (ETAR) – o indicador é calculado como a proporção da população ligada à rede de saneamento. Este indicador é da responsabilidade da *Direcção Geral de Infraestruturas* (DGI) e dos municípios. A informação é proveniente da Electra e dos Serviços Autónomos de Água e Saneamento (SAAS) nos municípios onde a Electra não é responsável pelo abastecimento (todos os municípios com a excepção de Sal, Boavista e Praia).

Meta para 2007: $\geq 14\%$ da população.

Avaliação de 2007: Meta alcançada.

Progresso: Existem actualmente duas ETARs em funcionamento, na Cidade da Praia e em S. Vicente. Segundo os dados fornecidos, a proporção da população ligada à rede de esgotos com tratamento em ETAR é de aproximadamente 22,5% na cidade da Praia (com um total de 117.574 habitantes) e de 75% na cidade de Mindelo (com um total de 76.736 habitantes). Isto significa que a taxa de cobertura da população de Cabo Verde (que totaliza 491.419 habitantes) é de aproximadamente 17%. Os dados relativos à cidade da Praia são provenientes da Electra e os relativos à cidade do Mindelo são provenientes da respectiva Câmara Municipal.

Há mais uma ETAR finalizada (Tarrafal de Santiago) e 2 em construção (Santa Maria/Sal e Pedra Badejo). A ETAR do Tarrafal deverá começar a operar durante 2008 já que as ligações domiciliárias (5.000 – 7.000 hab.) estão incluídas nas actividades do PAM 2008 e terá uma capacidade de 700 m³/dia. A ETAR de Santa Cruz tem uma capacidade de 1000 m³/dia e uma rede de saneamento com uma cobertura de 20.000 – 25.000 habitantes. A ETAR de Santa Maria deverá estar finalizada em Maio de 2008 e terá uma capacidade de 2.000 m³/dia.

Para o ano 2008 estão previstos os seguintes projectos: (i) a construção da ETAR de Calheta de São Miguel na ilha de Santiago e rede de água e saneamento; (ii) a extensão da rede de esgotos da cidade da Praia; (iii) a extensão da rede de água e saneamento da Cidade de Mindelo, assim como a duplicação da capacidade da ETAR; e (iv) a construção de ETARs em Espargos (Sal), Porto Novo (Santo Antão) e Assomada (Santiago).

Continua ainda prevista a construção de uma ETAR na Boavista assim que haja recursos financeiros mobilizados para o efeito.

Observações e recomendações: A informação sobre o saneamento e tratamento das águas residuais não é directamente acessível, tornando difícil o acompanhamento o indicador. A DGI observou que só pode fornecer dados sobre a cobertura potencial correspondente à rede construída e que a informação sobre a cobertura real só pode ser feita através de recenseamentos (dado que há muitas ligações clandestinas). A informação deveria ser disponibilizada pela Electra e pelos SAAS, ao Instituto Nacional de Estatística (INE), mas este trabalho não está a ser realizado. É recomendada a inclusão deste e outros indicadores de saneamento na lista de indicadores prioritizados pelo SSQA. Para que a monitorização de tais indicadores seja possível torna-se necessária a criação de mecanismos de recolha regular de informação, juntamente com o INE, os SAAS e a Electra.

As ETARs em Cabo Verde encontram-se em clara expansão. A missão gostaria de salientar a necessidade de um debate alargado sobre o recurso a ETARs num país onde a água e a energia são recursos escassos e onde o quadro institucional da área do saneamento padece ainda de algumas fragilidades (nomeadamente o facto de os municípios nem sempre terem capacidade financeira e humana para gerir estas infraestruturas). A decisão de expansão deste tipo de infraestruturas deve ser baseada em estudos de viabilidade e sustentabilidade institucional, financeira e ambiental a todos os níveis de governação (nacional, regional e municipal). Este deverá ser um tema a analisar em detalhe futuramente.

C.3. Condições de salubridade para um ambiente sadio: resíduos tratados

Indicator: Taxa de cobertura da recolha e deposição em lixeira confinada dos resíduos sólidos. Este indicador é da responsabilidade da DGI e dos municípios.

Meta para 2007: $\geq 30\%$ da população.

Avaliação de 2007: Meta parcialmente alcançada.

Progresso: Existem actualmente 6 lixeiras confinadas (Assomada, Sal, Ribeira Brava, S. Vicente, Tarrafal de São Nicolau e Santa Catarina de Santiago) e 6 lixeiras municipais improvisadas (Praia, Paul, Porto Novo, Tarrafal de Santiago, São Filipe e Maio). Estima-se que estas lixeiras cubram cerca de 30% da população nacional.

Observações e recomendações: Apesar dos números, algumas destas lixeiras não estão devidamente controladas (e.g. Sal). A missão gostaria de destacar a preocupação relativamente ao tratamento dos resíduos sólidos nas ilhas que estão a experimentar uma maior pressão devido ao crescimento do turismo (Sal e Boavista). Iniciativas do Governo para incentivar os investimentos privados ou mistos, de preferência inter-municipais, para a gestão de sistemas de recolha e tratamento de resíduos sólidos poderão ser uma solução mais eficaz.

É de notar ainda que as leis municipais para o tratamento dos resíduos sólidos estão a ser elaboradas, assim como o sistema integrado de recolha dos mesmos (o qual ajudará a diminuir os custos). Aguarda-se o Estudo de Impacte Ambiental para a instalação da lixeira municipal de Praia, atraso devido às dificuldades de identificação do terreno onde instalar a lixeira.

C.4. Condições de salubridade para um ambiente sadio: resíduos hospitalares tratados

Indicador: Aprovação e implementação do Plano de Gestão dos Resíduos Hospitalares. Este indicador é da responsabilidade da Direcção Geral de Saúde (DGS).

Meta para 2007: Plano finalizado e aprovado.

Avaliação de 2007: Meta alcançada.

Progresso: O Plano de Gestão de Resíduos Hospitalares foi finalizado e aprovado e a sua execução iniciada em 2007. Este plano conta com 4 eixos estratégicos: (i) formação dirigida ao pessoal de hospitais e centros de saúde susceptível de manipular resíduos; (ii) aquisição de materiais e equipamentos para o pessoal encarregue da limpeza das estruturas de saúde; (iii) aquisição de equipamentos de maior porte – incineradoras; e (iv) informação, comunicação e educação dirigida ao público em geral. A implementação do Plano será feita em 3 fases. Durante a primeira fase, irá-se cobrir o Hospital Geral da Praia e centros de saúde da ilha de Santiago. Numa segunda fase, irá-se cobrir a ilha de São Vicente e centros de saúde das ilhas do Barlavento. Na terceira fase cobrir-se-ão todos os centros de saúde regionais.

Observações e recomendações: Os resíduos sólidos são recolhidos e tratados, mas ainda existem alguns problemas técnicos com o tratamento dos resíduos químicos e líquidos, para os quais se está a procura de soluções adequadas.

Entre as recomendações do Plano está a recolha de resíduos hospitalares em concertação com a Câmara Municipal da Praia. Subsiste a dúvida, porém, sobre como estão a ser tratados os resíduos hospitalares depois de recolhidos pelas Câmaras Municipais.

C.5. Uma biodiversidade viável para um desenvolvimento sustentável

Indicador: Número de áreas protegidas com planos de gestão implementados. Este indicador é da responsabilidade da DGA.

Meta para 2007: 1 Plano finalizado (Fogo) e 7 Planos (4 terrestres e 3 em zonas húmidas) em elaboração.

Avaliação de 2007: Meta parcialmente alcançada. É de notar que a meta para 2007 tinha sido revista em baixa na missão de Maio de 2007.

Progresso: O Decreto-Lei n.º 3/2003 regulamenta a rede nacional de áreas protegidas e estabelece 47 áreas protegidas de diferentes categorias. Em Maio de 2007, uma área total de 477 km² tinha sido classificada como protegida e delimitada (Serra Malagueta, Monte Gordo, Monte Verde, Moroços/Santo Antão, Fogo, Santa Luzia e Ilhéus), correspondendo a uma área aproximada de 11% da área total de Cabo Verde. De acordo com esta regulamentação, devem ser produzidos Planos de Gestão para todos os parques naturais e zonas protegidas.

O 1.º draft de 3 Planos de Gestão foi elaborado (Parques Naturais do Fogo, Serra Malagueta e das 4 zonas húmidas da Boavista). O Plano de Gestão das zonas húmidas é o que se encontra em fase mais avançada; foi finalizado mas devido às eleições autárquicas ainda não foi apresentado (prevê-se que a apresentação seja feita na ilha da Boavista em Junho). Encontram-se em elaboração os Planos de Gestão do Parque Natural de Monte Gordo, da Reserva Natural Marinha da Baía da Murdeira e da Reserva Integral de Santa Luzia e Ilhéus.

C.6. Uma gestão sustentável dos recursos marinhos

Indicador: Plano de Gestão dos Recursos da Pesca e Plano para a Fiscalização das Actividades da Pesca. Este indicador é da responsabilidade da Direcção Geral das Pescas.

Meta para 2007: Plano concluído e aprovado.

Avaliação de 2007: Meta alcançada.

Progresso: O Plano de Gestão dos Recursos da Pesca para o período de 2004-2014 foi aprovado em 2005 em Conselho de Ministros. No quadro da implementação deste Plano foi elaborado em 2007 um Plano para a Fiscalização das Actividades da Pesca. Este Plano de Fiscalização foi elaborado pela Direcção Geral das Pescas em colaboração com a Direcção Geral do Ambiente, a Guarda Costeira e as Capitania dos Portos. O Plano foi aprovado em Conselho Nacional das Pescas. O Plano inclui um orçamento para a sua implementação que deve contar com a colaboração de diferentes entidades envolvidas no processo de fiscalização.

C.7. Um turismo sustentável adaptado às realidades de cada ilha

Indicador: Plano de Acção de Turismo Sustentável. Este indicador é da responsabilidade da Direcção Geral de Desenvolvimento Turístico (DGGT).

Meta para 2007: Plano iniciado.

Avaliação de 2007: Meta parcialmente alcançada.

Progresso: Em 2003 e 2004 foram feitas várias propostas de Plano de Acção para o Turismo Sustentável mas que, por motivos vários, nunca chegaram a ser aprovadas. Em 2007, com a chegada de um novo Ministro da Economia, foi criada uma *Task Force* integrando elementos de várias entidades governamentais e não-governamentais de vários sectores intervenientes na área do turismo (cerca de 30 entidades no total). Esta *Task Force* tinha por objectivo a elaboração de um *Master Plan* para operacionalizar uma estratégia de turismo sustentável direccionada para o desenvolvimento de um sector turístico de alto valor acrescentado. A preparação do *Master Plan* será feita através de 4 fases: (i) metodologia (Junho 2007), (ii) análise dos mercados turísticos externos e internos (trabalho concluído), (iii) atelier de apresentação do trabalho e criação de grupos de trabalho sectoriais específicos, e (iv) elaboração de planos de acção sectoriais (aproximadamente 10).

Apenas as duas primeiras fases deste processo foram até ao momento concluídas. O calendário para a elaboração dos trabalhos das duas fases seguintes é incerto. Esta incerteza está relacionada com as eleições autárquicas (que abrandaram o ritmo dos trabalhos por todo o Governo) mas também pelo clima de instabilidade na liderança da pasta do turismo.⁹

Durante 2007 foi também elaborado o Código de Conduta do Turismo Sustentável. Este Código foi apresentado publicamente em atelier e aguarda-se a sua finalização por parte da DGGT. Quando finalizado este Código deverá ser divulgado e subscrito pelos operadores turísticos. Este Código tem um carácter geral para todos os intervenientes do sector, seguido da elaboração e publicação de manuais específicos para os operadores, para a conservação dos recursos, e outros (ainda não elaborados). A missão considera que o Código de Conduta é uma boa iniciativa mas não tem o peso nem as implicações de um plano de acção.

Observações e recomendações: A missão considera que, de uma forma geral, o turismo continua a ser uma área com pouca expressão na implementação do PANA, apesar dos enormes desafios ambientais que o forte crescimento do sector tem levantado. É urgente que o Governo tome uma posição mais vigorosa na definição de um plano operacional que garanta que o desenvolvimento turístico se processe de uma forma ambientalmente sustentável.

⁹ Durante a missão de avaliação, a Directora Geral do Turismo foi substituída.

C.8. Uma indústria produtiva com um mínimo de impacte ambiental – indústria transformadora

Indicador: Número de auditorias ambientais realizadas em unidades industriais oficialmente registadas. Este indicador é da responsabilidade da Direcção Geral da Indústria e Energia (DGIE).

Meta para 2007: 40 auditorias realizadas.

Avaliação de 2007: Meta alcançada.

Progresso: Durante 2007, foram realizadas 42 auditorias a unidades industriais oficialmente registadas. As vistorias de unidades industriais são realizadas pela DGIE e em 2007 garantiu-se sempre a presença da DGA apesar de esta entidade não fazer parte da comissão de vistorias. Há porém uma proposta de revisão da regulamentação para incluir a DGA como membro permanente na comissão de auditorias e vistorias industriais, principalmente em áreas que por lei tem que ter um EIA.

C.9. Uma indústria produtiva com um mínimo de impacto ambiental – indústria extractiva

Indicador: Estimativa da percentagem de areia consumida em Cabo Verde com origem legal (indicador calculado com base em informação sobre produção das centrais de britagem e importação de areia e cimento). Este indicador é da responsabilidade da DGA.

Meta para 2007: $\geq 45\%$

Avaliação de 2007: Meta atingida.

Progresso: De acordo com os dados fornecidos pela DGA, a percentagem de areia legal consumida em 2007 foi de 49.5% da areia total consumida. O cálculo do consumo da areia legal foi feito tendo por base os seguintes dados:

Descrição	Peso (toneladas)
1. Areia importada	47.107
2. Areia mecânica produzida no país	256.672
3. Total da areia legal disponível (1 + 2)	303.779
4. Consumo de cimento	305.327
5. Total areia consumida (4 x 2)	610.654
6. Percentagem da areia legal consumida (5 / 3)	49.75%

Fonte: DGA (2008) “Relatório de implementação do PANA II – 2007”.

Observações e recomendações: Apesar da extração ilegal de areia continuar a ser um grande problema ambiental, as autoridades competentes estão cada vez mais conscientes da necessidade de encontrar rapidamente soluções eficazes. Recentemente, a DGA apresentou em sessão do CNA um conjunto de medidas para a resolução do problema da extração de areia ilegal, tendo sido produzido para o efeito um documento sintetizando as várias opções e propondo um cronograma para a sua operacionalização.

Uma outra iniciativa a salientar diz respeito aos estudos, solicitados pela DGIE, sobre a capacidade nacional de produção de areia mecânica (ou extração de inertes), com vista a aumentar a oferta de areia com proveniência legal. Em 2007, foi elaborado um destes estudos para a ilha do Sal, com recursos provenientes do PANA II. Neste momento está a ser feito um estudo semelhante na Boavista e está-se a pensar elaborar o próximo sobre São Vicente.

Entretanto, continua a fazer-se a importação de areia de Marrocos e Mauritânia. A Central de Britagem é a empresa que está actualmente a fazer a importação de areia, tendo iniciado esta actividade em Dezembro de 2006.

Apesar dos progressos, persistem alguns constrangimentos. Até ao momento a comercialização de areia importada está a ser feita unicamente na ilha de Santiago. Está a ser estudada a possibilidade de alargar a comercialização de areia importada às ilhas de Sal e Boavista, onde a procura de areia para a construção de empreendimentos turísticos é significativa. Porém os elevados custos de transporte têm atrasado a expansão da comercialização de areia importada.

É de salientar também que a empresa importadora não começou ainda a transferir uma parcela das suas receitas (69\$ por m³ vendido) para o Fundo do Ambiente, tal como acordado no protocolo assinado com o MAA. É de lembrar que este Fundo se destina a financiar actividades alternativas geradoras de rendimento para as famílias pobres (mulheres, em particular) que se dedicam à actividade de extracção de inertes.

Finalmente, um outro problema é a falta de regulamentação sobre a fiscalização das actividades de distribuição, venda e compra de areia de proveniência ilegal. Actualmente, a fiscalização concentra-se exclusivamente sobre a actividade de extracção, que está normalmente a cargo dos mais pobres e desfavorecidos.

C.10. Um sistema de produção, distribuição e utilização de energia sustentável

Indicador: Percentagem de energia renovável total produzida (taxa de penetração). Este indicador é da responsabilidade da DGIE.

Meta para 2007: $\geq 3\%$.

Avaliação de 2007: Meta alcançada.

Progresso: Actualmente, estima-se que a taxa de penetração no país seja de 3,2%, sendo maioritariamente eólica e proveniente de três parques eólicos pequenos em funcionamento.¹⁰ Está previsto um aumento significativo da produção da energia eólica com a criação/expansão de parques eólicos em Praia, S. Vicente, Sal e Boavista. Prevê-se que estes parques estejam a funcionar em pleno nos finais de 2009, permitindo alcançar uma taxa de penetração de 25%.¹¹

É de notar ainda que foi finalizado em Março de 2008 um estudo sobre a procura de energia nas ilhas de Santiago, São Vicente, Sal e Boavista.¹² Este estudo faz uma previsão de crescimento significativo da procura de energia, como resultado do crescimento da economia em geral, e do sector do turismo em particular. Este crescimento da procura cria oportunidades para o desenvolvimento de novas fontes de energia, em particular a eólica.

Observações e recomendações: As missões anteriores recomendaram que o PAIS da indústria, energia e comércio fosse revisto. Isto nunca chegou a acontecer. A revisão geral do PANA prevista para 2009 será o momento ideal para retomar este assunto.

É de salientar que o atraso na entrada em funcionamento dos parques eólicos em criação/expansão poderá comprometer o alcance da meta (taxa de penetração $\geq 17\%$) estabelecida para 2008.

¹⁰ Outras formas de energia renovável, tais como a energia solar e energia térmica, são ainda pouco expressivas.

¹¹ Estima-se que com a entrada em funcionamento dos 4 parques eólicos alargados, se venha a poupar 20 milhões de litros de combustível.

¹² Simonsen Associados e EuroVentures (2008) “Estudo de Demanda de Energia em Cabo Verde”, Março.

C.11. Uma população formada, informada e empenhada no desenvolvimento sustentável

Indicador: Planos de Acção para a Introdução da Temática Ambiental nos Curricula Escolares (ensinos pré-escolar, básico, secundário e superior). Este indicador é da responsabilidade do Gabinete de Estudos e Planeamento (GEP) do Ministério da Educação.

Meta para 2007: Plano de Acção aprovado e implementação iniciada (educação pré-escolar, básica e secundária).

Avaliação de 2007: Meta parcialmente alcançada.

Progresso: Não foram registados progressos significativos ao longo do ano de 2007 e só em 2008 se têm começado a verificar alguns resultados. O Plano de Acção para a Introdução da Temática Ambiental nos curricula dos ensinos pré-escolar, básico e secundário foi finalizado em Janeiro de 2008. Este Plano foi aprovado pela Directora Geral do Ensino Básico e Secundário. Está actualmente em curso o processo de revisão curricular e prevê-se a integração da temática ambiental nos curricula no ano lectivo 2008-2009.

São de assinalar outras intervenções ao nível da educação ambiental. Foi elaborado um Plano de Integração da Educação Ambiental no Instituto Pedagógico de Cabo Verde para o período 2008-2010. Este plano está em processo de aprovação e a sua implementação insere-se no plano do PAIS Educação. Também está em curso a elaboração, por parte do Instituto Superior de Educação, do Plano de Acção para a Integração da Temática Ambiental no Ensino Superior. Outras intervenções incluem: a formação de 30 professores em educação ambiental, um ciclo de conferências com professores do ensino superior sobre educação ambiental, visitas de campo para alunos ao Parque Natural da Serra Malagueta, entre outras.

Planos para o futuro incluem a elaboração de um estudo de diagnóstico do conhecimento existente sobre a temática ambiental, de forma a poder fazer o acompanhamento do impacto das iniciativas em curso. Existem também planos de elaborar futuramente uma política de educação ambiental para regular as diversas iniciativas nesta matéria.

Observações e recomendações: A missão foi informada de que a taxa de execução dos recursos provenientes do PANA II para a implementação do PAIS Educação foi apenas do 30% durante o ano de 2007. Devido à baixa taxa de execução em 2007 o GEP decidiu expandir a equipa ambiental que inclui actualmente 2 técnicos a tempo inteiro.

A nível descentralizado, constatou-se a falta de conhecimento pelas Delegações do Ministério de Educação acerca do PAIS sectorial, se bem existem algumas actividades ligadas à temática ambiental realizadas pelas escolas a nível municipal.

3.4. Comparação da avaliação do desempenho em 2006 e 2007

Fazendo uma comparação dos resultados da avaliação do desempenho entre 2006 e 2007, constata-se que houve uma progressão positiva tanto ao nível critérios de boa governação como ao nível nos critérios de meio ambiente. Para os critérios de boa governação houve um aumento da média ponderada dos indicadores de quatro pontos percentuais. O aumento da média ponderada dos indicadores para os critérios de meio ambiente foi de 10 pontos percentuais.

Tabela 4. Comparação da avaliação do desempenho 2006-2007

Objectivo	Indicador	Avaliação 2006	Avaliação 2007	Comparação
A.1. Implementação satisfatória da política ambiental (PANA II)	Apreciação pelo CNA do relatório de implementação do PANA II, previamente	Condição verificada	Condição verificada	=

Objectivo	Indicador	Avaliação 2006	Avaliação 2007	Comparação
	validado pelo CGS			
A.2. Melhoria da governação sectorial	Média ponderada dos critérios de boa governação sectorial	0.635	0.675	-
A.3. Melhoria das condições do meio ambiente	Média ponderada dos critérios de meio ambiente	0.625	0.725	+
B.1. Melhoria dos sistemas de planeamento no sector do ambiente	(a) Planos de Actividades anuais dos PAM e PAIS	0.025	0.075	+
	(b) Critérios para a repartição de fundos no âmbito da política ambiental	N.A. ¹³	0.075	N.A.
B.2. Reforço da capacidade institucional da DGA e da DGPOG	Número de delegações do MAA com técnicos designados para o seguimento da política ambiental	N.A.	0.25	N.A.
B.3. Melhoria dos sistemas de seguimento da implementação da política ambiental	(a) Instrumento de seguimento da execução financeira do PANA II	N.A.	0	N.A.
	(b) Sistema de seguimento da qualidade ambiental (SSQA)	N.A.	0.1	N.A.
B.4 Reforço do seguimento dos Estudos de Impacto Ambiental (EIA)	Proporção de projectos de investimento com EIA monitorados pela DGA	N.A.	0.1	N.A.
C.1. Um território ordenado para uma exploração sustentável dos recursos naturais	Território coberto por planos de ordenamento do território aprovados e executados	0.075	0.075	=
C.2. Condições de salubridade para um ambiente sadio: águas residuais tratadas	Taxa de cobertura da população com águas residuais domésticas tratadas em ETAR	0.10	0.10	=
C.3. Condições de salubridade para um ambiente sadio: resíduos tratados	Taxa de cobertura da recolha e deposição em lixeira confinada dos resíduos sólidos	0.05	0.025	-
C.4. Condições de salubridade para um ambiente sadio: resíduos hospitalares tratados	Plano de gestão dos resíduos hospitalares	0.025	0.05	+
C.5. Uma biodiversidade viável para um desenvolvimento sustentável	Numéro de áreas protegidas com planos de gestão implementados	0.10	0.05	-
C.6. Uma gestão sustentável dos recursos marinhos	Plano para a gestão e fiscalização dos recursos da pesca	0.05	0.10	+
C.7. Um turismo sustentável adaptado às realidades de cada ilha	Plano de Acção de Turismo Sustentável	0.075	0.075	=
C.8. Uma indústria produtiva com um mínimo de impacte ambiental – indústria transformadora	Número de auditorias ambientais realizadas em unidades industriais oficialmente registadas	0.025	0.05	+
C.9. Uma indústria produtiva com um mínimo de impacto ambiental – indústria extractiva	Estimativa da percentagem de areia consumida em Cabo Verde com origem legal (produção das centrais de britagem e importação)	0.05	0.10	+

¹³ Foram feitas alterações no indicador e respectiva meta.

Objectivo	Indicador	Avaliação 2006	Avaliação 2007	Comparação
C.10. Um sistema de produção, distribuição e utilização de energia sustentável	Percentagem de energia renovável total produzida (taxa de penetração)	0.025	0.05	+
C.11. Uma população formada, informada e empenhada no desenvolvimento sustentável	Planos de acção para a introdução da temática ambiental nos currículos escolares (ensinos pré-escolar, básico, secundário e superior)	0.05	0.05	=

3.5. Outros temas de destaque no domínio do ambiente

A missão de avaliação conjunta identificou alguns temas adicionais de grande importância em matéria de política e gestão ambiental. Apesar de não estarem contemplados na matriz de seguimento, estes temas adicionais devem ser destacados para uma apreciação mais completa do desempenho do Governo no domínio do ambiente.

Despesa pública na área do ambiente. Os classificadores da despesa em uso são insuficientes para proceder a um seguimento rigoroso da execução financeira da actuação do governo na área de protecção e promoção ambiental, e portanto do PANA II. O relatório de implementação do PANA II para o ano de 2007 apresenta uma síntese da despesa nas áreas de actuação do PANA com base na classificação orgânica da despesa. A classificação orgânica não é suficientemente detalhada para permitir fazer um apuramento das actividades na área do ambiente. Por exemplo, nem todas as actividades relativas ao sector da água ou da cultura dizem respeito a intervenções de âmbito ambiental. É necessário desenvolver o classificador funcional em uso para permitir identificar a função de protecção e promoção ambiental. O classificador internacional das funções do governo (COFOG) pode ser usado como referência para este trabalho. O COFOG identifica 10 funções gerais do governo, entre as quais a protecção ambiental, com a seguinte desagregação: gestão de resíduos, gestão de recursos hídricos, controlo da poluição, protecção da biodiversidade e paisagem, investigação e desenvolvimento em protecção ambiental e outros serviços de protecção ambiental.

Gestão dos recursos hídricos. A política do Governo nesta matéria tem-se concentrado quase exclusivamente na expansão da oferta de água (através de furos e ligações domiciliárias) e tem sido dada relativamente pouca atenção ao problema da sustentabilidade dos recursos hídricos. A água dessalinizada continua a ser muito cara e corresponde a apenas 40% da oferta de água total. Há, no entanto, a intenção de aumentar a produção de água dessalinizada através de parcerias público-privadas. Um plano integrado de gestão dos recursos hídricos está actualmente a ser desenvolvido mas a falta de um quadro institucional claro no sector da água poderá atrasar o processo. Esta é uma área que deverá merecer especial atenção na preparação do próximo acordo de apoio orçamental.

Adaptação às alterações climáticas. Está em curso a elaboração do Plano Nacional de Acção de Adaptação (NAPA), no âmbito da Convenção das Mudanças Climáticas. A elaboração do Plano está a cargo do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica (INMG), o ponto focal da implementação da Convenção. O INMG é responsável pelas comunicações regulares sobre o estado de indicadores pré estabelecidos (por exemplo, emissões de gases) e da implementação de medidas de implementação do Protocolo de Ozono. O NAPA foi aprovado pela Ministra do Ambiente e Agricultura e vai ser submetido a financiamento do GEF.

4. COMPROMISSOS FINANCEIROS DOS PARCEIROS DO APOIO ORÇAMENTAL AO AMBIENTE

A Tabela 5 faz uma síntese dos recursos desembolsados e previstos no âmbito dos acordos de apoio orçamental sectorial ao Governo de Cabo Verde.

Tabela 5. Compromissos financeiros dos parceiros do apoio orçamental ao ambiente

Parceiro de cooperação	2005	2006	2007	2008	2009	Total dos acordos
	Desembolso	Desembolso	Desembolso	Desembolso	Previsto	
Áustria	--	€900.000	€500.000	€400.000 ¹		€1.800.000
Espanha	--	--	€3.000.000	€3.375.000	€3.000.000 ²	€ 9.375.000 ²
Holanda	€5.000.000	€5.000.000	--	--	--	€10.000.000
Total	€5.000.000	€5.900.000	€3.500.000	€3.775.000	€3.000.000²	€21.175.000²

¹ Montante previsto, em função da presente avaliação.

² Montante variável (tranche variável do acordo da Cooperação Espanhola), em função da presente avaliação. Montante total disponível para a tranche variável: € 1.500.000.

No caso dos desembolsos a ser efectuados pela Espanha para o ano 2009, o montante a desembolsar dependerá do cumprimento das condições *sine qua non* durante o ano 2007, que ao ser verificadas darão lugar ao desembolso do montante fixo comprometido de €3.000.000. Haverá também uma parte variável que dependerá dos resultados calculados na presente avaliação da missão sobre os indicadores de progresso dos critérios de meio ambiente durante o ano 2007, segundo fórmula matemática já estipulada:

$$PV = MPV \times ((R-U) / 100 - U)$$

Onde:

PV: montante variável.

MPV: montante máximo disponível para o montante variável

U: limite mínimo de resultados exigido nos critérios de meio ambiente para o desembolso do montante fixo

R: resultado obtido nos critérios de meio ambiente segundo o sistema de avaliação utilizado

5. HARMONIZAÇÃO E ALINHAMENTO

O apoio orçamental foi introduzido em Cabo Verde em 2005 e desde então têm-se vindo a verificar melhorias progressivas no funcionamento desta modalidade de cooperação. Alguns dos progressos recentes são mencionados no *Aide Memoire* do BSG – c.f. BSG (2008). São de destacar os encontros multi-sectoriais, entre várias entidades sectoriais governamentais e não governamentais e a equipa de avaliação do BSG, que tiveram lugar durante a missão de Abril de 2008. Este encontros permitiram ter um diálogo mais abrangente e aberto aos vários actores intervenientes na formulação e implementação das políticas monitorizadas no quadro do apoio orçamental. São ainda de destacar os esforços empreendidos pela ADA e AECID para coordenar o processo de acompanhamento e diálogo com o Governo. Na missão de Abril de 2008, a ADA e a AECID optaram uma vez mais por actuar como uma equipa única. A Cooperação Austríaca desempenhou o papel de porta voz dos doadores para o sector do meio ambiente, falando em nome das duas cooperações que prestam apoio orçamental sectorial. A avaliação do sector ambiente foi realizada por uma equipa conjunta da ADA e AECID, tendo os resultados do trabalho sido partilhando com o BSG (reflectidos no *Aide Memoire*) e com o Governo e outras entidades relevantes (através do presente relatório).

Mas apesar dos progressos alcançados, reconhece-se que há ainda melhorias a introduzir na forma de trabalhar para melhorar a modalidade do apoio orçamental e, portanto, a aumentar a qualidade e eficácia da ajuda a Cabo Verde.

Diálogo com outros parceiros de cooperação

O diálogo com outros doadores que não fazem parte do BSG também é importante e deve ser fortalecido. É portanto de saudar a iniciativa do Ministério das Finanças e do Ministério do Ambiente e Agricultura de convidar as várias agências de cooperação residentes para as sessões de trabalho que decorreram durante os dois primeiros dias da missão (ver Anexo C). Da parte dos doadores membros do BSG deverá haver um maior esforço de promoção do diálogo com os outros doadores. A representação das Nações Unidas poderá ser um intermediário do diálogo entre doadores.

Fortalecer os sistemas de acompanhamento e avaliação do Governo para permitir um melhor alinhamento dos parceiros

Tal como expresso no relatório de avaliação de Maio de 2007 (ADA, 2007), os sistemas do Governo de planeamento, reporte e seguimento e avaliação devem ser usados tanto quanto possível como base de diálogo e acompanhamento do desempenho do governo. Mas para que tal seja possível é necessário reforçar as capacidades do Governo a vários níveis de forma a garantir que existe informação disponível de qualidade para fazer uma análise abrangente e aprofundada. A presente avaliação identificou défices de capacidade ao nível da planificação e seguimento da política ambiental que devem ser analisados em detalhe.

Fortalecer a responsabilização mútua através de uma auto-avaliação dos doadores relativamente aos compromissos da Declaração de Paris

Na Declaração de Paris os parceiros de cooperação e os governos dos países beneficiários da ajuda ao desenvolvimento comprometem-se a fortalecer a responsabilização mútua nos programas de cooperação (“mutual accountability”). Estes compromissos dizem respeito a uma maior transparência de ambas as partes e um esforço conjunto de melhorar a eficácia da ajuda ao desenvolvimento. Tendo em vista estes compromissos, alguns países começaram já a incluir nas suas avaliações conjuntas não apenas uma avaliação do desempenho do governo mas também uma avaliação do desempenho dos doadores relativamente aos

compromissos da Declaração de Paris (ver, por exemplo, Lawson et al. 2005, p.72). Sugere-se que se siga esta experiência em Cabo Verde e que os relatórios produzidos no final de cada missão de avaliação (Aide Memoire e relatório do sector do ambiente) incluam também um capítulo de auto-avaliação dos doadores sobre o seu próprio progresso relativamente aos compromissos de Paris. A opinião crítica dos parceiros nacionais será uma peça fundamental desta avaliação.

Diálogo contínuo fora das missões de avaliação

Finalmente, é necessário promover um diálogo mais continuado entre os doadores e entre os doadores e o Governo fora das missões de avaliação. Renova-se a sugestão feita no relatório da missão de Maio de 2007 de criar um grupo de trabalho ambiental que integre os doadores activos no sector, para além das entidades governamentais e não governamentais relevantes de âmbito central e municipal.

6. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES¹⁴

Apreciação geral. A governação do sector do ambiente em Cabo Verde continua a demonstrar progressos tal como confirmado pela avaliação positiva dos indicadores de desempenho da matriz de referência ao diálogo de políticas, no âmbito do mecanismo de apoio orçamental sectorial (Capítulo 3 deste relatório). As mudanças na natureza do diálogo entre o Governo e os parceiros da cooperação constitui um sinal de progresso no sentido de uma maior responsabilização mútua, que exige uma melhor definição das regras de interação entre as partes. A falta de apropriação do PANA fora da DGA e a ausência de um *Master Plan* para um desenvolvimento turístico sustentável constituem desafios importantes que carecem de uma resposta urgente por parte do Governo.

Apropriação do PANA aos níveis sectorial e municipal. A falta de apropriação do PANA fora da DGA constitui uma preocupação significativa para os doadores. O PANA ainda é visto por muitos ministérios sectoriais e municípios como um projecto sob a alçada da DGA e não como um instrumento para o Governo como um todo, aos níveis central e municipal. É necessário empreender maiores esforços no sentido de promover a integração do ambiente nas políticas sectoriais e municipais (*mainstreaming*) e melhor explorar sinergias entre actividades de carácter ambiental desenvolvidas ao nível de diferentes níveis do Governo.

Planificação anual do PANA. Actualmente não existe um instrumento de planificação anual para o PANA como um todo e não existe informação prontamente disponível sobre os recursos totais disponíveis para financiar as actividades do PANA. Os planos anuais de actividades são produzidos separadamente pelos sectores e municípios. A missão sugere que seja elaborado um plano anual de actividades que faça a agregação de todas as actividades planificadas pelos sectores e municípios e que tenha por base os objectivos e indicadores estabelecidos no quadro lógico do PANA. Este plano deverá incluir informação sobre a totalidade dos recursos orçamentais atribuídos ao PANA e uma explicação detalhada sobre a distribuição desses recursos pelos sectores e municípios.

Planificação das actividades do PANA ao nível municipal. Continua a haver uma falta de coerência entre os grandes desafios ambientais da actualidade e as actividades planificadas no âmbito do PANA, particularmente ao nível municipal. Houve avanços na definição de critérios para a distribuição dos recursos entre actividades sectoriais e municípios e tais critérios foram discutidos e aprovados em sessão do Comité de Gestão e Seguimento (CGS). A missão observou, no entanto, que os critérios definidos são longos e muitos deles não são objectivamente verificáveis (e.g. impactos económicos e sociais locais). Há portanto dúvidas que a aplicação dos critérios definidos seja tarefa fácil. A missão sugere que a DGA e a ANMCV trabalhem conjuntamente para analisar a aplicação dos critérios e fazer os ajustamentos necessários para tornar os critérios um instrumento útil de apoio à planificação. A missão recomenda ainda que o Governo (através do CSG e CNA) seja mais rigoroso na apreciação das propostas pelos sectores e municípios de forma a assegurar que as actividades programadas respondem aos problemas ambientais de maior relevo e contribuem para o alcance dos objectivos do PANA.

Monitorização e reporte. O relatório de implementação do PANA II para 2007 foi aprovado pelo Conselho Nacional do Ambiente (CNA). A missão observou que este relatório contém informação muito útil para a presente avaliação. No entanto, o relatório é

¹⁴ Algumas conclusões e recomendação foram incluídas no *Aide Memoire* da missão conjunta do BSG, apresentado a Sua Excelência a Ministra das Finanças, no dia 18 de Abril de 2008.

insuficiente para o seguimento do progresso de todos os objectivos de política ambiental incluídos no quadro lógico do PANA II – por exemplo, as intervenções relacionadas com a agricultura sustentável. A missão recomenda que a estrutura e conteúdo do relatório de implementação sejam melhoradas. A missão recomenda ainda que os sectores e os municípios que não enviem atempadamente à DGA informação detalhada sobre as actividades realizadas, sejam penalizados na distribuição do orçamento anual.

Despesa pública no ambiente. Uma outra área onde são necessárias melhorias diz respeito ao report e análise de despesa pública na área do ambiente. Apesar de o relatório de implementação do PANA II em 2007 incluir informação sobre os investimentos no ambiente realizados, há ainda trabalho a fazer no sentido de melhorar a metodologia utilizada para classificar a despesa pública no ambiente. A missão recomenda que seja produzida uma análise da despesa pública no ambiente (*public expenditure review*) que analise a distribuição de recursos nesta área sectorial e analise a eficiência e eficácia da despesa no ambiente. Tal análise serviria também de base para a revisão do sistema de classificação das funções do governo de carácter ambiental e dessa forma melhorar a prestação de contas sobre a execução financeira e actividades realizadas. A realizar-se, este trabalho deverá ser coordenado pelo Ministério das Finanças.

Capacidade de supervisão da aplicação da lei. A capacidade limitada de supervisão, quer em termos humanos, técnicos financeiros, representa uma das principais fraquezas do sistema de governação ambiental. Apesar do quadro legal ambiental ser robusto (por exemplo, a legislação sobre Estudos de Impacto Ambiental), a capacidade para garantir o seu cumprimento continua extremamente fraca. Há alguns sinais de progresso, tal como ilustrado pelos planos existentes para dar formação ambiental a agentes da polícia, mas terá que haver uma resposta mais vigorosa do Governo para resolver esta fraqueza.

Capacidade institucional da DGA e da DGPOG. A coordenação da implementação do PANA constitui uma tarefa de vulto e os recursos humanos existentes aos níveis da DGA e DGPOG são insuficientes para dar resposta de forma satisfatória ao volume de trabalho actual. São necessários recursos humanos adicionais para dar resposta às melhorias necessárias nas áreas do planeamento, acompanhamento, reporte e supervisão. Este é um assunto que deverá ser discutido pelo Governo no âmbito da reforma da administração pública em curso.

Desenvolvimento turístico sustentável. O turismo é reconhecido como o principal motor de crescimento económico de Cabo Verde mas a pressão sobre os recursos naturais é muito forte devido às vulnerabilidades do país. A protecção e promoção do ambiente é essencial para sustentar um sector do turismo em expansão que tem as belezas naturais do país como principal vantagem comparativa. Durante 2007 foi elaborado um Código de Conduta para os operadores turísticos que está actualmente a aguardar finalização pela Direcção Geral de Desenvolvimento Turístico (DGDIT) e validação pelos operadores do sector. Este Código não é não tem força legal e portanto é insuficiente para garantir práticas de desenvolvimento turístico sustentável. A elaboração de um Master Plan está programada mas até à data não há sinais que tenha havido progresso na matéria. A missão renova preocupação sobre o progresso limitado na definição de um quadro de políticas sobre o desenvolvimento turístico sustentável e recomenda ao Governo a tomada de medidas com urgência.

Ordenamento e planeamento territorial. Foram já elaborados vários Planos Directores Municipais (PDMs) e Planos Urbanístico e até ao final de 2009 todos os municípios devem contar com um PDM. Têm ocorrido, no entanto, atrasos na finalização e homologação dos planos. Por exemplo, o PDM de S. Domingos foi finalizado nos inícios de 2007 mais ainda não se encontra homologado. No que diz respeito aos três Esquemas Regionais de Ordenamento Territorial (EROTs) iniciados (Fogo, Santiago e Santo Antão) foi feito algum progresso ao nível técnico mas têm ocorrido atrasos na apresentação das versões

preliminares à consulta pública. É de notar que a falta de progresso na finalização dos EROT's tem consequências ao nível de todo o processo de planeamento territorial. A missão recomenda que o Governo avance com a finalização e aprovação dos planos.

Extracção e utilização de areia com proveniência ilegal. Este continua a ser um problema ambiental grave em Cabo Verde dado que a oferta de areia com proveniência legal continua a ser insuficiente para cobrir um mercado em expansão rápida (dirigido pelo crescimento do investimento no sector do turismo. A missão observou progresso na discussão de soluções alternativas para resolver este problema. Em Novembro de 2007, a Ordem dos Engenheiros organizou uma reunião especial para discutir a matéria. A Direcção Geral da Indústria solicitou um estudo de viabilidade sobre a actividade de extracção de areia de forma a promover a produção de areia mecânica – um desses estudos foi produzido sobre a ilha do Sal, está um em curso sobre a ilha da Boavista, e haverá dois adicionais para S. Vicente e Santiago. A DGA também produziu recentemente um documento de síntese das várias soluções alternativas com um calendário de implementação; este documento foi discutido em sessão do CNA. Soluções propostas incluem: a produção de areia mecânica, importação de areia, e utilização de materiais de construção e tecnologia alternativos. Entretanto, um operador privado (Central de Britagem) continua a importar-se areia da Mauritânia and Morocos e há planos de alargar distribuição (que actualmente cobre apenas Santiago) às ilhas do Sal e S. Vicente. A empresa de importação assinou um protocolo com o Governo no qual se compromete a transferir uma percentagem do rendimento das vendas para o Fundo Nacional do Ambiente que se destina a promover actividades alternativas de geração de rendimento para aqueles envolvidos na extracção ilegal de areia. Apesar da importação de areia tem sido iniciada em 2007 não foi feita ainda nenhuma transferência para o Fundo. Um outro problema que merece atenção diz respeito à falta de um quadro legal que regulamente a distribuição e utilização de areia de proveniência ilegal. A missão recomenda que o Governo tome medidas urgentes a este respeito.

Gestão sustentável dos recursos hídricos. A política do Governo nesta matéria tem-se concentrado quase exclusivamente na expansão da oferta de água (através de furos e ligações domiciliárias) e tem sido dada relativamente pouca atenção ao problema da sustentabilidade dos recursos hídricos. A água dessalinizada continua a ser muito cara e corresponde a apenas 40% da oferta de água total. Há, no entanto, a intenção de aumentar a produção de água dessalinizada através de parcerias público-privadas. Um plano integrado de gestão dos recursos hídricos está actualmente a ser desenvolvido mas a falta de um quadro institucional claro no sector da água poderá atrasar o processo. Esta é uma área que deverá merecer especial atenção no próximo acordo de apoio orçamental.

Modalidade de apoio orçamental sectorial. A missão continua preocupada com as diferenças de percepção sobre a modalidade de apoio orçamental sectorial. A equipa gostaria de sublinhar que a modalidade de apoio orçamental sectorial em uso em Cabo Verde não faz consignação de recursos financeiros ao sector do ambiente, apesar do diálogo de políticas se focar sobre o desempenho do sector ambiental. Recomenda-se que os parceiros de cooperação e o Governo organizem um encontro com todos os actores-chave (incluindo os municípios) com vista a estabelecer um entendimento comum sobre os objectivos e procedimentos operacionais associados à modalidade do apoio orçamental sectorial.

Indicadores de avaliação do desempenho. A missão notou que alguns dos indicadores incluídos na matriz de avaliação do desempenho (em anexo) são de difícil verificação. São exemplos disso a proporção de areia legal consumida e a cobertura de águas residuais tratadas. Existem também algumas lacunas na actual matriz relativamente a temas centrais de política ambiental em Cabo Verde, tais como a agricultura sustentável e a gestão dos recursos hídricos. Recomenda-se que na próxima revisão da matriz (ver ponto seguinte) sejam tidas em consideração estas imperfeições e lacunas.

Preparação de uma nova matriz de acompanhamento do apoio orçamental sectorial para o período 2009-2011. Dado que a presente matriz de acompanhamento expira no final do ano será necessário produzir, antes do final de 2008, uma nova matriz para o período de 2009 a 2011. A nova matriz, que será integrada nos acordos bilaterais do apoio orçamental sectorial, deverá estar totalmente articulada com as prioridades e indicadores de monitorização do Governo. Para tal, e de forma a garantir uma maior apropriação da matriz pelas entidades nacionais, recomenda-se que seja o Governo a elaborar a matriz. Sugere-se que seja a DGA a coordenar o trabalho de selecção dos indicadores e metas anuais, garantindo a participação activa de todas as entidades (governamentais e não governamentais) envolvidas na implementação do PANA. Esta matriz deverá ser discutida e aprovada durante a próxima missão de acompanhamento (agendada para Novembro de 2008). Solicita-se que o Governo mantenha os parceiros do apoio orçamental informados ao longo do processo de revisão da matriz e que lhes envie oficialmente uma proposta de matriz revista pelos menos dois meses antes do início da próxima missão, de forma a conceder aos parceiros o tempo suficiente para analisar e dar um parecer sobre a proposta. Finalmente, sugere-se ao Governo que os indicadores seleccionados preencham os critérios S.M.A.R.T., isto é, que sejam específicos (*Specific*), mensuráveis (*Mesurable*), alcançáveis (*Achievable*), relevantes (*Relevant*) e temporizados (*Time bound*). Sugere-se também que seja feita a distinção entre indicadores de processo (que se relacionam com a gestão do processo de implementação da política ambiental) e indicadores de resultado (que medem o grau em que os objectivos finais da política estão a ser atingidos).

BIBLIOGRAFIA

- ADA (2006) 'Protocole d'accord entre la Republique du Cap-Vert et la Austrian Development Agency relatif a un Appui Budgetaire au Secteur Environnement', December.
- ADA (2007) 'Sectoral budget support in the environment sector in Cabo Verde: assessment of progress and recommendations for strengthening the budget support framework', Junho.
- AECID (2007) 'Memorando de Entendimiento entre Cabo Verde y España para la Prestación de Apoyo Presupuestario en el sector Medioambiente', Maio.
- AECID (2008) 'La Ayuda Programática - Guía Técnica para la Puesta en Marcha de los Nuevos Instrumentos de Cooperación'.
- AECID e ADA (2007) 'Relatório Conjunto de Acompanhamento do Apoio Orçamental Sectorial', Dezembro.
- BSG (2006) 'Memorandum of Understanding Partnership Framework for a Common Approach to Budget Support between the Government of the Republic of Cape Verde and Budget Support Partners', December.
- BSG (2006) 'Aide Memoire', December.
- BSG (2007) 'Aide Memoire – draft 24/05/2007', Praia.
- BSG (2007) 'Aide Mémoire', 7 Dezembro, Praia.
- BSG (2008) 'Aide Memoire – draft 21/04/2008', Praia.
- Câmara Municipal de Boavista (2008) 'Plano Ambiental Municipal - Relatório Anual de Actividades 2007', Janeiro.
- Câmara Municipal do Sal (2008) 'Implementação do Plano Ambiental Municipal do Sal'.
- Lawson, A., Gerster, R. e Hoole, D. (2005) 'Learning from Experience with Performance Assessment Frameworks for General Budget Support', relatório produzido para o *Swiss State Secretariat for Economic Affairs* no quadro da Avaliação do Apoio Orçamental Geral realizada pela OECD/DAC.
- MAA (2004) 'Plano de Acção Nacional para o Ambiente – Cabo Verde 2004-2014', Praia, March.
- MAA (2006) 'Relatório de Progresso da Implementação do PANA II – Ano 2005', Direcção Geral do Ambiente, Praia.
- MAA (2007) 'Relatório de Progresso da Implementação do PANA II – Ano 2006', Direcção Geral do Ambiente, Praia.
- MAA (2008) 'Relatório de Progresso da Implementação do PANA II – Ano 2007', Março.
- The Netherlands Embassy (2005) 'Estudo De Base ('Baseline Study') do Sector do Ambiente em Cabo Verde', Praia, May.
- The Netherlands Embassy (2005) 'Missão de acompanhamento e avaliação dos critérios de desempenho do sector do Ambiente em Cabo Verde', Praia, October.
- The Netherlands Embassy (2006) 'Missão de acompanhamento e avaliação dos critérios de desempenho do sector do Ambiente em Cabo Verde', Praia, May.
- The Netherlands Embassy (2006) 'Missão de acompanhamento e avaliação dos critérios de desempenho do sector do Ambiente em Cabo Verde', Praia, December.

ANEXOS

Anexo A. Matriz do apoio orçamental sectorial (versão revista em Maio de 2007)

A. CONDIÇÕES <i>SINE QUA NON</i>						
Objectivos	Indicadores	Baseline (2006)	Metas (2007)	Metas (2008)	Fontes	Observações e recomendações
A.1 Implementação satisfatória da política ambiental (PANA II)	Apreciação pelo Conselho Nacional do Ambiente (CNA) do relatório de implementação do PANA II, previamente validado pelo Comité de Gestão e Seguimento (CGS)	-	Apreciação positiva pelo CNA	Apreciação positiva pelo CNA	Relatório de implementação do PANA II e acta da reunião do CNA	As datas de validação do PANA II não se encontram ainda ajustadas ao processo de planeamento. Recomenda-se que a aprovação pelo CNA tenha lugar em tempo útil para o trabalho de preparação do Orçamento do Estado do ano seguinte.
A.2 Melhoria da governação sectorial	Média ponderada dos critérios de boa governação sectorial (cf. Critérios B)	-	Média igual ou superior a 60%	Média igual ou superior a 60%	Avaliação dos parceiros do apoio orçamental sectorial	
A.3 Melhoria das condições do meio ambiente	Média ponderada dos critérios de meio ambiente (cf. Critérios C)	-	Média igual ou superior a 50%	Média igual ou superior a 50%	Avaliação dos parceiros do apoio orçamental sectorial	

B. CRITÉRIOS DE BOA GOVERNAÇÃO SECTORIAL							
Objectivos	Indicadores	Ponderação (Total 100%)	Baseline (2006)	Metas (2007)	Metas (2008)	Fontes	Observações e recomendações
B.1 Melhoria dos sistemas de planeamento no sector do ambiente	Planos de Actividades anuais dos PAM e PAIS (elaborados de acordo com as prioridades definidas)	15%	Planos de Actividades aprovados e enviados à DGA	Planos de Actividades aprovados e enviados à DGA	Planos de Actividades aprovados e enviados à DGA	Registos da DGA sobre os Planos de Actividades recebidos	Recomenda-se que o calendário de elaboração dos Planos de Actividades esteja harmonizado com o ciclo orçamental.
	Critérios para a repartição de fundos no âmbito da política ambiental	15%	Critérios em preparação	Critérios definidos	Critérios aplicados	Relatório anual de implementação do PANA II	Recomenda-se a definição de critérios objectivamente verificáveis e que estes sejam especificados no relatório de implementação.
B.2 Reforço da capacidade institucional da DGA e da DGPOG	Número de delegações do MAA com técnicos designados para o seguimento da política ambiental	25%	2	5	11	Contractos da DGA e despacho de designação pela Secretária de Estado da Agricultura	Existem 11 delegações do MAA.
B.3 Melhoria dos sistemas de seguimento da implementação da política ambiental	Instrumento de seguimento da execução financeira do PANA II	15%	-	Instrumento definido	Instrumento aplicado	Relatório de implementação do PANA II	A ser definido conjuntamente pela DGA, DGP, DGO e NOSI.

B. CRITÉRIOS DE BOA GOVERNAÇÃO SECTORIAL

Objectivos	Indicadores	Ponderação (Total 100%)	Baseline (2006)	Metas (2007)	Metas (2008)	Fontes	Observações e recomendações
	Sistema de seguimento da qualidade ambiental (SSQA)	20%	Sistema em preparação	Sistema finalizado	Sistema operacional	Informações da DGA e extractos do sistema e	Em Maio de 2007 existia uma base de dados actualizad a mas faltava priorizar os indicador es a integrar no sistema. Recomen da-se a priorizaçã o de indicador es relevantes ao acompan hamento da política ambiental .

B. CRITÉRIOS DE BOA GOVERNAÇÃO SECTORIAL							
Objectivos	Indicadores	Ponderação (Total 100%)	Baseline (2006)	Metas (2007)	Metas (2008)	Fontes	Observações e recomendações
B.4 Reforço do seguimento dos Estudos de Impacto Ambiental (EIA)	Proporção de projectos de investimento com EIA monitorados pela DGA	10%	10%	≥ 15%	≥ 20%	Registo da DGA sobre EIA e relatório de implementação do PANA II	O cumprimento deste critério pressupõe uma melhoria do sistema de registo da DGA. Recomenda-se a definição de critérios de amostragem objectivos para a selecção dos EIA a monitorar.

C. CRITÉRIOS DE MEIO AMBIENTE							
Objectivos	Indicadores	Ponderação (Total 100%)	Metas (2006)	Metas (2007)	Metas (2008)	Fontes	Observações e recomendações
C.1 Um território ordenado para uma exploração sustentável dos recursos naturais	Território coberto por planos de ordenamento do território aprovados e executados	15%	3 EROT e 10 Planos Urbanísticos iniciados	Pelo menos 1 EROT e 10 Planos Urbanísticos finalizados; mais 1 EROT e mais 10 PDM iniciados (8 de Santiago, Sal e Maio)	Pelo menos 1 EROT e 10 Planos Urbanísticos aprovados;	Publicação dos diplomas de aprovação no BO	Os Planos Urbanísticos incluem Planos Directores Municipais (PDM), Planos de Desenvolvimento Urbano (PDU) e Planos Detalhados (PD). Está prevista a elaboração de um total de 4 EROT e 22 PDM. Os EROT são da responsabilidade da DGOT e os Planos Urbanísticos dos municípios.
C.2 Condições de salubridade para um ambiente sadio: águas residuais tratadas	Taxa de cobertura da população com águas residuais domésticas tratadas em ETAR	10%	≥ 11% da população	≥ 14% da população	≥ 18% da população	Estatísticas Nacionais (INE), QUIBB e registos do MIT/DGI	Em Maio de 2007 existiam 2 ETAR em funcionamento (Praia e S. Vicente), uma ETAR construída (Tarrafal) mas sem funcionar

C. CRITÉRIOS DE MEIO AMBIENTE							
Objectivos	Indicadores	Ponderação (Total 100%)	Metas (2006)	Metas (2007)	Metas (2008)	Fontes	Observações e recomendações
							por falta de ligações domiciliárias e uma ETAR em construção (Santa Maria). O indicador é calculado como o rácio da percentagem de ligações domiciliárias com a ETAR sobre a população total de Cabo Verde.
C.3 Condições de salubridade para um ambiente sadio: resíduos tratados	Taxa de cobertura da recolha e deposição em lixeira confinada dos resíduos sólidos	5%	30% da população	≥ 30% da população	≥ 60% da população	Estatísticas Nacionais (INE) Relatórios anuais do MIT/DGI	Está prevista para 2008 a criação de uma lixeira confinada em Santiago.
C.4 Condições de salubridade para um ambiente sadio: resíduos hospitalares tratados	Plano de gestão dos resíduos hospitalares	5%	Elaboração do Plano	Finalização e aprovação do Plano	Início da execução do Plano	Despacho de aprovação do Plano Relatórios Anuais do MS-DGS e CMs	Este Plano está previsto no âmbito do PANA II.

C. CRITÉRIOS DE MEIO AMBIENTE							
Objectivos	Indicadores	Ponderação (Total 100%)	Metas (2006)	Metas (2007)	Metas (2008)	Fontes	Observações e recomendações
C.5 Uma biodiversidade viável para um desenvolvimento sustentável	Número de áreas protegidas com planos de gestão implementados	10%	5 planos de gestão iniciados	1 plano finalizado e 7 planos em elaboração	3 planos aprovados e 3 planos finalizados e 1 iniciado	Planos de gestão das áreas protegidas e relatório de implementação do PANA II	No total foram definidas 47 áreas protegidas através da Lei 3/2003 (de diferentes categorias).
C.6 Uma gestão sustentável dos recursos marinhos	Plano para a gestão e fiscalização dos recursos da pesca	10%	Plano em elaboração	Plano concluído e aprovado	Plano cumprido pelas entidades competentes	Despacho de aprovação; Informação da DGP	Em Maio de 2007 o Plano estava ainda a ser elaborado. A Guarda Fiscal, Guarda Costeira e Capitania dos Portos são as entidades responsáveis pelas actividades de fiscalização
C.7 Um turismo sustentável adaptado às realidades de cada ilha	Plano de Acção de Turismo Sustentável	15%	-	Plano iniciado	Plano aprovado	DGDT e relatório de implementação do PANA II	Está prevista a criação em 2007 de uma <i>Task Force</i> multisectorial para acompanhar a elaboração do Plano. Recomenda-se a articulação com os objectivos do

C. CRITÉRIOS DE MEIO AMBIENTE							
Objectivos	Indicadores	Ponderação (Total 100%)	Metas (2006)	Metas (2007)	Metas (2008)	Fontes	Observações e recomendações
							PANA II.
C.8 Uma indústria produtiva com um mínimo de impacto ambiental – indústria transformadora	Número de auditorias ambientais realizadas em unidades industriais oficialmente registadas	5%	-	40	60	Relatórios das auditorias e registos da DGIE e da DGA	Em 2007 existiam 540 unidades industriais registadas
C.9 Uma indústria produtiva com um mínimo de impacto ambiental – indústria extractiva	Estimativa da percentagem de areia consumida em Cabo Verde com origem legal (produção das centrais de britagem e importação)	10%	35%	≥ 45%	≥ 55%	Estatísticas da importação de cimento e de areia, estatísticas da produção das unidades industriais de britagem e estimativas de consumo de areia (com base no consumo de cimento (DG Comércio e MIT)	Indicador indirecto que requer a definição clara das origens legais de areia. O PANA apresenta um relatório específico sobre o tema.
C.10 Um sistema de produção, distribuição e utilização de energia sustentável	Percentagem de energia renovável total produzida (taxa de penetração)	5%	-	≥ 3%	≥ 17%	Estatísticas eléctricas do sector Energia Registos da DGEI e Electra	3 parque eólicos previstos para Praia, Sal, Mindelo a partir de 2008, e 1 provável em Boavista

C. CRITÉRIOS DE MEIO AMBIENTE							
Objectivos	Indicadores	Ponderação (Total 100%)	Metas (2006)	Metas (2007)	Metas (2008)	Fontes	Observações e recomendações
C.11 Uma população formada, informada e empenhada no desenvolvimento sustentável	Planos de Acção para a introdução da temática ambiental nos curricula escolares (ensinos pré-escolar, básico, secundário e superior)	10%	-	Plano de Acção para a integração da temática de educação ambiental no currículo escolar do pré-escolar, ensino básico e secundário aprovado e implementação iniciada	Plano de Acção para a integração da temática de educação ambiental no currículo escolar do ensino superior aprovado e implementação iniciada	Despachos oficiais de aprovação e relatório de implementação do PAIS-Educação e PANA II (GEP)	

Anexo B. Entidades contactadas

Instituição	Nome	Posição
Ministério das Finanças e Administração Pública – Direcção-Geral do Planeamento (DGP)	Dr. Manuel Pinheiro	Director Geral
	Dr. Fernando Andrade	Técnico Superior
Ministério do Ambiente e Agricultura	Eng. Ivone Lopes	Directora Geral do Ambiente
	Eng. Emitério Ramos	Director Geral de Agricultura, Sívicultura e Pecuária
	Dra. Vera Figueiredo	Coordenadora ISQA
	Dr. Adilson Fragoso	Cordenador AIA
	Dra. Adelaide Ribeiro	Técnica DGPOG
	Dra. Alayde Serruto	Técnica DGPOC
Ministério da Economia, Crescimento e Competitividade	Dra. Filomena Ribeiro	Directora Geral Desenvolvimento Turístico
Instituto Nacional de Gestão dos Recursos Hídricos (INGRH)	Eng. Abraão Lopes	Director Geral de Indústria e Energia
	Eng. António Pedro Borges	Presidente
Ministério de Estado e das Infra-estruturas, Transporte e Mar – Direcção-Geral das Infra-Estruturas e Saneamento (DGI)	Arq. Manuel Spencer	Em substituição do Director Geral
Ministério da Descentralização, Habitação e Ordenamento do Território	Eng. Ricardo Salustio	Direcção de Serviço de Saneamento
	Dr. Pedro Manuel Delgado	Director Geral do Ordenamento do Território
Ministério da Educação e Ensino Superior – Gabinete de Estudo e Planeamento (GEP)	Dra. Maria da Luz Modesto	Directora de Serviço de Cartografia e Cadastro
	Dra. Domingas Fernandes	Técnica do GEP, em substituição do Director Geral
Ministério da Saúde – Direcção Geral de Saúde (DGS) e Hospital Agostinho Neto	Dr. José Barros	Coordenador da Rede de Educação Ambiental
	Dr. Romualdo Correia	Técnico da Rede de Educação Ambiental
	Dra. Clarisse Silva	Técnica da Rede de Educação Ambiental
	Dr. António Moreira	DGS, em representação da Directora Geral
Cabo Verde Investimentos – Agência Cabo-verdiana de Promoção e Investimentos	Dra. Regina	DGS
	Dr. Miguel Lopes	Administrador do HAN
	Dr. António Pedro Silva	Administrador Executivo
Associação Nacional dos Municípios de Cabo Verde (ANMCV)	Dr. Silvino Castro	Director de Promoção de Investimentos
	Dr. Walter Ferreira de Sá	Secretário Geral
Central de Britagem	Eng. Arlinda Neves	Coordenadora do Núcleo do Ambiente
	Eng. Edmilson Pinto	Em representação do Director
União Nacional dos Operadores Turísticos (UNOTUR)	Dra. Ângela Borges	Secretaria Executiva
Delegação do MAA, Sal	Dra. Adalzira Fernandes	Técnica

Instituição	Nome	Posição
Município do Sal	Dra. Judite Santos	Técnica da ETMA
Delegação do Ministério da Educação, Sal	Dr. Euclides Gonçalves	Técnico da ETMA
	Dra. Elisabete Cosme	Delegada
Delegação do MAA, Boavista	Dr. Manuel Portugal dos Reis	Técnico
	Dra. Sónia Barros dos Santos	Em representação da Delegada
Município de Boavista	Dr. Xisto Baptista	ETMA

Anexo C. Programa da missão de avaliação conjunta

Segunda-feira 07/04	Terça-feira 08/04	Quarta-feira 09/04	Quinta-feira 10/04	Sexta-feira 11 / 04
Chegada de alguns Membros do BSG	09:00 Reunião Presidida Pela Sra. Ministra das Finanças e Administração Pública (Sala de Conferencia do MFAP)	09:00 (Ambiente) Workshop Politica Ambiental Presidida pela Sra. Ministra do Ambiente	09:00 ARE	09:00
	Todos os Sectores (DGOPS; Institutos) + Parceiros Residentes	Apresentação DGA	INGRH (Ambiente)	10:00 BCV
	Ordem do dia:	9:00 UCRE	10:30 DGT / Serviço Dívida	DGOT (Ambiente)
	09:30 Ponto de Situação das Acções Matrizes:	(Descentralização)	DG Infraestruturas (Ambiente)	17:00
	Previas apresentados pelo Governo:	11:00 (Secretário Estado Administração Pública)	14:30 Unidade Acompanhamento do Orçamento	GEP Educação (Ambiente)
	DGP DG Ambiente	14 h 30 (Ambiente) DGA DGPOG DGP	ANMCV (Ambiente)	
	10:00 Apresentação do DECRP II Comentários	DGO / MFAP (Finanças Publicas)	16:00 DGCP DGD Turismo (Ambiente)	
	11:00 Apresentação do Sistema Seguimento e Avaliação M&E	16: 00 (Macro Unit) GEE /MFAP	17H00 DGI Energia (Ambiente)	
	11:45 ODM Ponto de Situação INE - Preliminares do QUIBB 2007 (por confirmar)	DGP (BM, BAD, U.E)		

Segunda-feira 14/04	Terça-feira 15/04	Quarta-feira 16/04	Quinta-feira 17/04	Sexta – feira 18 /04
09:00 Câmara Municipal do Sal (Ambiente)	09:00 Delegação MAA Boavista	09:00 MCA (Aquisições Publicas)	09:00	Debriefing com a Sra. Ministra Das Finanças
10:00 Delegação de Educação do Sal	10:00 Câmara Municipal da Boavista	Cabo Verde Investimento (Ambiente)	10:00	
11:00 UNOTUR	(Ambiente)	10:00 Hospital Agostinho Neto	STAD/DGP M&E	
Workshop	IGF			
Plano Estratégico de Formação Profissional (MQEFP /IEFP) (Sala de Conferencia do MFAP)	DGPOG /MAA (Seguimento e Avaliação)	MCA (M&E)		
11:00 Tribunal de Contas	GEP / Saúde ? (Aquisições Publicas)	11:00 Direcção Geral das Infraestruturas		
14:30 CFAA	11:00 DGO /MFAP (Finanças Publicas)	14:30 DGASP –MAA (Ambiente)		
14:30 (Refor. Aquisições Publicas)				
DGPE CSSIDA /HIV INE Agenda Estatística, QUIBB Senso 2010 – M&E	11:30 DG Infraestruturas (Aquisições Públicas)	16:00 Central de Britagem (Ambiente)		
16:00 DGCI	GEP / MEES (Seguimento e Avaliação)			